

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2017

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PMDB – PT – PRB – PR – PCdoB – PTdoB – PROS)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputado Arnaldo Silva Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Douro Jean Freire Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – PEN – PHS – PTC – PSC)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Emidinho Madeira Deputado Fabiano Tolentino Deputado Fred Costa Deputado Antonio Lerin

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PTB – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Bonifácio Mourão Deputado Dilzon Melo Deputado João Leite Deputado Luiz Humberto Carneiro Deputado Tito Torres

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro

Deputado Fábio Cherm Deputado Gustavo Santana
--

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Presidente
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG
Deputado André Quintão	PT – BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Bosco	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	

Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado João Leite	PSDB – BVC
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	

Deputado Gil Pereira	PP – BVC
----------------------	----------

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

1 – DECISÃO DA MESA

2 – ATAS

- 2.1 – 78ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 2.2 – 79ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 2.3 – 80ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 2.4 – 50ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.5 – 51ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.6 – 52ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.7 – 53ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.8 – 54ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.9 – 55ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.10 – 56ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.11 – 57ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.12 – 58ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.13 – 59ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.14 – 60ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 2.15 – Reuniões de Comissões

3 – ORDENS DO DIA

- 3.1 – Plenário
- 3.2 – Comissões

4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 4.1 – Comissões

5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 – PRONUNCIAMNETOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

 DECISÃO DA MESA

– O presidente, na 37ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, realizada no dia 9/5/2017, leu a seguinte decisão da Mesa:

“DECISÃO DA MESA

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, combinado com o art. 79, I, do Regimento Interno, e

considerando a necessidade de promover a proteção dos animais e de estabelecer parâmetros de bem-estar;

considerando a importância de ampliar os debates acerca das implicações éticas do uso de animais pelo ser humano;

considerando, ainda, a necessidade de aprimoramento da legislação de proteção aos animais em face da competência normativa do Estado,

DECIDE:

Art. 1º – Fica criada a Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais com fulcro no art. 115-A, inciso III, do Regimento Interno, para promover debates e propor medidas relacionadas à gestão e ao bem-estar dos animais, à situação e ao papel das associações de proteção animal, a políticas de educação, conscientização e incentivo à adoção responsável, bem como a outros aspectos relacionados com a defesa e proteção dos animais.

Art. 2º – A comissão extraordinária prevista no art. 1º tem a seguinte composição:

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Deputado Noraldino Júnior	Deputado Antônio Jorge
Deputado Geraldo Pimenta	Deputado André Quintão
Deputado Elismar Prado	Deputado Tito Torres
Deputado Leandro Genaro	Deputado Fred Costa
Deputado Iran Barbosa	Deputado Ulysses Gomes

Art. 3º – A Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais terá vigência de um ano, prorrogável nos termos regimentais.

Art. 4º – A Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais poderá realizar, conjuntamente com as comissões permanentes com as quais possuir interseção temática, audiências públicas, debates públicos, visitas técnicas e reuniões com convidados, observadas as disposições do Regimento Interno.

Art. 5º – A Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais apresentará à Mesa da Assembleia relatório de suas atividades.

Art. 6º – Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de maio de 2017.

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago.



ATAS

ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 5/12/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) dispõe sobre a contratação de serviços com cessão de mão de obra; 2ª) revoga o procedimento licitatório nº 2/2015, na modalidade concorrência, com o objeto de contratação de empresa para prestação, sob demanda, de serviços de gestão, planejamento, organização, promoção, coordenação, operacionalização, produção e assessoria de eventos de caráter institucional. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Ulysses Gomes, processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa IT – One Tecnologia da Informação Ltda., tendo como objeto a aquisição de quatro servidores de rede para Data Center – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 52/2015, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Fábio Cherem referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre essa Assembleia Legislativa e a empresa Modern Design do Brasil Ltda. – EPP, tendo como objeto o fornecimento e instalação de móveis planejados em MDF – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 84/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a implantação do Posto de Identificação Civil nas dependências da ALMG – parecer favorável à celebração do convênio, considerando manifestações do Procon Assembleia, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Azul Papéis Eireli, tendo como objeto a aquisição de envelopes timbrados – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 88/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Thiago Cota referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; ao deputado Lafayette de Andrada, Projeto de Lei Complementar nº 61/2015, que dispõe sobre o processo de extinção do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg – e dá outras providências – parecer de primeiro turno pela aprovação, com as emendas 1 a 4, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 6 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de dezembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 12/12/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem relativas aos meses de junho e julho de 2016 ao deputado Cristiano Silveira; 2ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem relativas ao mês de julho de 2016 ao deputado Vanderlei Miranda; 3ª) autoriza o empenhamento e a liquidação da despesa a favor do Iplemg para a composição da reserva técnica para benefícios a conceder, com base no parecer técnico elaborado pela empresa TFG Consultoria e Assessoria Atuarial apresentado à Assembleia Legislativa, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 5º da Lei nº 13.163/1999, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo do Iplemg e pela Mesa da Assembleia. Isso posto, por meio da Deliberação nº 2.652/2016, a Mesa dispõe sobre a abertura de créditos suplementares e o remanejamento de créditos do orçamento da Assembleia Legislativa. A seguir, através da Deliberação nº 2.653/2016, a Mesa dispõe sobre o remanejamento de créditos do orçamento do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa – Fundhab. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termos de contrato a serem celebrados entre esta Assembleia Legislativa e a Cemig Distribuição S.A., tendo como objeto a compra de energia regulada – poder público, modalidade tarifária verde, para os edifícios da Contratante – parecer favorável à contratação direta por inexigibilidade de licitação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Systech Sistemas e Tecnologia em Informática Ltda., tendo como objeto a aquisição de 700 microcomputadores – parecer favorável à correção de erro material na cláusula referente à dotação orçamentária, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Sompo Seguros S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguro, sem interveniência de corretoras, para o Edifício Carlos Drummond de Andrade, conforme Termo de Vinculação e Responsabilidade, incluindo todo o seu conteúdo, como móveis, máquinas, equipamentos, materiais de consumo e elevadores – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 101/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Infraestrutura, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 16 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de dezembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 19/12/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificando a existência de número regimental, são declarados abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza a Assembleia Legislativa a repassar recursos ao Instituto de Previdência do Legislativo do

Estado de Minas Gerais – Iplemg –, com vistas ao cumprimento das obrigações decorrentes do conjunto de benefícios mantidos para os segurados vinculados desse instituto; 2ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem ao deputado Paulo Lamac, relativas aos meses de julho e agosto de 2016; 3ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem ao deputado Elismar Prado, relativas ao mês de agosto de 2016. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.654/2016, a Mesa dispõe sobre o Gabinete Militar da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Gmalmg – e dá outras providências. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos: nos termos do art. 26 da Constituição do Estado e do art. 176 da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/1983, autorizando o afastamento, a partir de 1º/1/2017, dos servidores André Naves Alves, ocupante do cargo de Analista Legislativo e Mateus Simões de Almeida, ocupante do cargo de Procurador, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, a fim de que possam exercer o mandato eletivo de Vereador. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 26 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 26 de dezembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 6/12/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Ulysses Gomes, processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Claro S.A., tendo como objeto a captação, instalação e distribuição de 300 pontos de sinais de TV, bem como o empréstimo, em regime de comodato, de decodificadores digitais e controles remotos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos – parecer favorável à contratação direta por inexigibilidade de licitação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Lafayette de Andrada, Projeto de Lei Complementar nº 61/2016, que dispõe sobre o processo de extinção do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg – e dá outras providências – parecer para o 2º turno pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 12 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de dezembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 16/12/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificando a existência de número regimental, são declarados abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Elevadores Atlas Schindler S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 11 elevadores, com fornecimento de peças e componentes – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos S.A., tendo como objeto o fornecimento, instalação, integração, configuração, ativação e testes, com garantia e treinamento, de equipamentos, acessórios e materiais para implantação do sistema de radiodifusão de sons e imagens com tecnologia digital da TV Assembleia no canal 35 em Belo Horizonte – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16/12/2016, a servidora Carla Prates de Azevedo Silva, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, no exercício do cargo em comissão de recrutamento limitado de Secretário-Geral Adjunto da Mesa, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 19 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de dezembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 26/12/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificando a existência de número regimental, são declarados abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova as prestações de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 2016, compostas de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova as prestações de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 2016, compostas de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 30/11/2016, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte

da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa, a Câmara dos Deputados e a Câmara Municipal de Pouso Alegre, tendo como objeto a adoção de ações conjuntas visando à transmissão da Rede Legislativa de TV Digital dos partícipes na cidade de Pouso Alegre – parecer favorável à alteração da cláusula de vigência, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Thiago Cota referente a assistência médico-hospitalar – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa beAudio Informática Ltda., tendo como objeto a atualização de sistema de automação para emissora de rádio – parecer favorável à contratação direta por dispensa de licitação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Sompço Seguros S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguro de vida para servidores da Contratante prestamistas do Fundhab – parecer favorável à prorrogação, com alteração do valor do capital máximo segurado, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Sensorial Detectores de Segurança Ltda., tendo como objeto a aquisição, com instalação, ativação, instrução técnico-operacional e assistência técnica de detectores de metal tipo portal e aquisição de detectores de metal manuais tipo bastão – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 96/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo acordo de cooperação técnica a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara dos Deputados, tendo como objeto a colaboração mútua no campo de atividades audiovisuais, jornalísticas, educativas e culturais – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo Ata de Registro de Preços a ser celebrada entre esta Assembleia Legislativa e a empresa L3A Divisórias e Forros Ltda. – ME, tendo como objeto a aquisição de materiais necessários à realização de reformas das edificações da Casa – parecer favorável à assinatura da Ata, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 86/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termos de contrato a serem celebrados entre esta Assembleia Legislativa e as empresas Engenharia da Roupas Ltda. (vencedora do lote 1) e Kalahari Comercial Ltda. (vencedora dos lotes 2, 3 e 4), tendo como objeto a aquisição de vestuário feminino para apresentadoras e repórteres da TV Assembleia – parecer favorável às contratações, oriundas do Convite nº 3/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 30 de dezembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 30 de dezembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 30/12/2016

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificando a existência de número regimental, são declarados abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre as despesas reembolsáveis por meio de verba indenizatória, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de distrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a BH News TV Comunicação Ltda., tendo como objeto o distrato de todos os termos e condições do contrato CTO 76/2014, de prestação de serviços de fotojornalismo, firmado pelas partes – parecer favorável ao distrato, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção corretiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo – parecer favorável à substituição de peça na “lista de preços de partes e peças do lote 1”, anexada ao CTO/6/2015, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Líder Táxi Aéreo S.A. – Air Brasil, tendo como objeto a prestação de serviços de transporte aéreo, por fretamento de aeronaves, modalidade táxi aéreo – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 64/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Minasmáquinas S.A., tendo como objeto a aquisição de 2 veículos do tipo van da marca Mercedes-Benz, modelo sprinter, com garantia de trinta e seis meses – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 92/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Floripa Tecnologia Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica permanente, compreendendo suporte técnico remoto e manutenção de caráter corretivo e preventivo em sistema integrado de edição/exibição/ingest e arquivamento de conteúdo de áudio e vídeo produzidos pela TV Assembleia – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Tellbrax Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de acesso à internet – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, tendo como objeto a prestação de serviços de informática – parecer favorável à prorrogação e ampliação do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa autoriza a abertura do pregão eletrônico para contratação de empresa para prestação de serviço de repórter fotográfico, conforme solicitação da Diretoria de Comunicação Institucional. Dando prosseguimento à reunião, a Mesa manifesta-se favoravelmente à concessão de Adicional de Desempenho – ADE, nos termos da Lei nº 17.590/2008, alterada pela Lei nº 20.693/2013, regulamentada pela Deliberação da Mesa nº 2.421/2008, alterada pelas Deliberações da Mesa nºs 2.517/2011, 2.540/2012, 2.568/2013 e 2.432/2008, à vista de parecer expresso pelo Conselho de Diretores, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Gestão de Pessoas, e homologou a indicação das servidoras Andréia Paulino Franco, Luciana Marques da Silva e Hélen Alves Pedrosa, aptas à obtenção do ADE. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de

19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no “Diário Administrativo”, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c art. 132 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, acrescido pelo art. 48 da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004 e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 22/12/2016, a servidora Sheyla Abreu de Brito Mello, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Bibliotecário, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004 e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 29/12/2016, a servidora Zeneide Vital Dias Duarte, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 30/12/2016, o servidor Celso Fraga da Fonseca, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Consultor, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 2 de janeiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 2 de janeiro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 2/1/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificando a existência de número regimental, são declarados abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processos contendo requerimentos de natureza administrativa da deputada Arlete Magalhães e dos deputados Iran Barbosa, Sávio Souza Cruz e Tiago Ulisses referentes a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e Lúcio Horta de Oliveira, tendo como objeto a locação de imóvel (galpão) destinado ao armazenamento de mobiliário em geral – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/1/2017, o servidor Eduardo Naves Carneiro,

ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/1/2017, a servidora Joselma Luquini Chaves, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/1/2017, a servidora Leda Laetitia Freire Ribeiro, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Redator-Revisor, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/1/2017, a servidora Maria de Fátima Mendonça, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/1/2017, o servidor Patrus Ananias de Souza, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Consultor, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 9 de janeiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de janeiro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 9/1/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.655/2017, dispõe sobre a abertura de créditos orçamentários mediante a utilização de recursos resultantes de superávit de exercício anterior de recursos da contrapartida e de superávit de exercício anterior de recursos transferidos pela União. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa TecnoGera – Locação e Transformação de Energia S.A., tendo como objeto a locação de grupos geradores a diesel – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 97/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Air System Engenharia Ltda. – EPP, tendo como objeto o fornecimento de equipamentos de ar condicionado, com instalação – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico 76/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Editora Revista dos Tribunais Ltda., tendo como objeto a aquisição de assinatura da Revista dos Tribunais Online – parecer favorável à contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Documentação e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Diretório Regional do Partido Trabalhista Cristão de Minas Gerais – PTC-MG, tendo como objeto o credenciamento de consignatário, para viabilizar a averbação de consignações na folha de pagamento dos servidores e parlamentares da ALMG, exceto ocupantes de cargo em comissão de recrutamento amplo indicados pelo consignatário – parecer favorável à celebração do convênio, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Editora Fórum Ltda., tendo como objeto a renovação das assinaturas de periódicos digitais da plataforma Fórum de Bibliotecas Digitais – parecer favorável à contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa,

considerando manifestações da Gerência-Geral de Documentação e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Editora Revista dos Tribunais, tendo como objeto a aquisição de assinatura da Revista dos Tribunais Online – parecer favorável à aquisição direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Documentação e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 13 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de janeiro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 13/1/2017

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide manter a decisão que revogou o procedimento licitatório nº 2/2015, na modalidade de concorrência, com o objeto de contratação de empresa para prestação, sob demanda, de serviços de gestão, planejamento, organização, promoção, coordenação, operacionalização, produção e assessoria de eventos de caráter institucional. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Ulysses Gomes, processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação dos Surdos de Minas Gerais, tendo como objeto a prestação de serviços de tradução/interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Brasileira e vice-versa, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada ou não, em eventos, atividades diversas e projetos institucionais da Casa ou por ela promovidos, no município de Belo Horizonte, com cessão de uso de imagem – parecer favorável à contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, XX, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestação da Gerência-Geral de Apoio às Comissões, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Realize Serviços e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento, com instalação, de vidros – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 95/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Hely Tarquínio, requerimento de natureza administrativa do deputado Ulysses Gomes referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina os seguintes atos: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições

previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 3/1/2017, a servidora Maria Cecília Rubinger de Queiroz, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Bibliotecário, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 10.254, de 20/7/1990, 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, das Deliberações da Mesa nºs 269, de 4/5/1983, e 1.025, de 23/2/1994, e dos Atos da Mesa nºs 972, de 31/1/2001, e 79, de 5/1/2015, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 3 de janeiro de 2017, a servidora Maria Aparecida Caribé Judice, ocupante do cargo de Agente de Apoio Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Casa; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 5 de janeiro de 2017, a servidora Maria Aparecida de Oliveira, ocupante do cargo de Agente de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 11 de janeiro de 2017, a servidora Stefanie Cesar Paulino Sampaio, ocupante do cargo de Agente de Apoio Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 4 de janeiro de 2017, a servidora Raquel Ferreira Drosghic, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 16 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de janeiro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 57ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 16/1/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa BH News TV Comunicação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de fotojornalismo – parecer favorável à revisão de preço em virtude de reajustes de remuneração decorrentes de convenções coletivas de trabalho de 2015/2016 e 2016/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta

Assembleia Legislativa e a empresa Máximo Informador Jurídico Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de acompanhamento e remessa à Procuradoria-Geral da Contratante de publicações em Diários Oficiais – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação em função do valor, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad –, tendo como objeto a autorização para utilização, em caráter não exclusivo, de obras musicais, lítero-musicais e fonogramas na TV ALMG e na Rádio ALMG e para sonorização ambiental nas dependências da Casa – parecer favorável à contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Iran Barbosa referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina os seguintes atos: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 11/1/2017, o servidor Paulo Alves de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, no exercício da Função Gratificada de Gerente-Geral – FGG, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 13/1/2017, o servidor Waldir Geraldo Silveira, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Contador, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16/1/2017, o servidor Júlio Maria Sabino, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 23 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 23 de janeiro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 23/1/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Bráulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo Ata de Registro de Preços a ser celebrada entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Loja Elétrica Ltda., tendo como objeto a aquisição de materiais elétricos – parecer favorável à assinatura da ata, decorrente do Pregão Eletrônico nº 98/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Plakas Indústria e Comércio Ltda. – EPP, tendo como

objeto a prestação de serviços de confecção e instalação dos componentes de sinalização da Praça Carlos Chagas – parecer favorável à ampliação do valor do objeto em 12,79% (doze vírgula setenta e nove por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Profissionalizante do Menor – Assprom, tendo como objeto a prestação de serviços por adolescentes trabalhadores – parecer favorável à prorrogação, com reajuste *pro rata* decorrente de reajuste do salário mínimo e reajuste do valor do vale-transporte, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A., tendo como objeto o seguro de acidentes pessoais coletivos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Net Service S.A., tendo como objeto a aquisição e instalação de ar condicionado de precisão – parecer favorável à celebração do contrato, oriundo do Pregão Eletrônico nº 5/2016 da CMBH – Adesão à Ata de Registro de Preços nº 1/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina os seguintes atos: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 17/1/2017, o servidor Adilson Alves da Silva, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 19/1/2017, a servidora Themis Ariadne Freire Starling Soares, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 30 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 30 de janeiro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 30/1/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Braulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número

regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo: ao deputado Ulysses Gomes, processo contendo termo de distrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Itaú Unibanco S.A., para encerramento do CTO/25/2012, cujo objeto é a concessão de uso de loja do prédio do Edifício Tiradentes – parecer favorável à assinatura do distrato, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Iran Barbosa referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, tendo como objeto a cooperação técnica – parecer favorável ao registro de sucessão da intendência da Cidade Administrativa pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado João Vítor Xavier referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Itajubá, tendo como objeto cessão de tempo de programação da TV Assembleia à Câmara – parecer favorável à alteração do horário de transmissão ao vivo das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Itajubá, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig -, tendo como objeto a aquisição de café – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, VIII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Hely Tarquínio, processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Ulysses Gomes referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 31 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 31 de janeiro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 31/1/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os deputados Adalclever Lopes, Presidente; Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente; Lafayette de Andrada, 2º-Vice-Presidente; Bráulio Braz, 3º-Vice-Presidente; Ulysses Gomes, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário e Doutor Wilson Batista, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O presidente inicia a distribuição, cabendo ao deputado Ulysses Gomes processo contendo termos de aditamento aos contratos celebrados entre esta Assembleia Legislativa e a Cemig Distribuição S.A., tendo como objeto o fornecimento de energia elétrica – parecer favorável à alteração das datas de início de vigência dos contratos, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Gil Pereira referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao

contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa, a empresa Ipiranga Produtos de Petróleo S.A e a Unidata Automação Ltda., tendo como objeto o gerenciamento de abastecimento da frota de veículos da Casa e fornecimento de combustível (gasolina, álcool comum hidratado e óleo diesel) – parecer favorável à alteração do preço da gasolina comum, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Douglas Melo referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, o presidente assina os seguintes atos: nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990 e 5.295, de 15/12/2006, exonerando Rodrigo Barreto de Lucena do cargo de diretor da Diretoria de Comunicação Institucional; nomeando José Geraldo de Oliveira Prado para o cargo de diretor da Diretoria de Comunicação Institucional, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia; nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, dispensando Henrique Celso Angelo Gonçalves da Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, com exercício na Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente convoca nova reunião para o dia 3 de fevereiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 31 de janeiro de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/4/2017

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Guedes, Fabiano Tolentino (substituindo o deputado Fred Costa, por indicação da liderança do BCMG) e João Leite (substituindo o deputado Elismar Prado, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.615/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.020/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implantação do sistema de abastecimento de água no Distrito de Água Boa, em Santa Cruz de Salinas;

nº 8.021/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para apresentar a proposta de reestruturação tarifária da Agência Reguladora de Água, Saneamento e Esgoto do Estado – Arsae;

nº 8.022/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a redução do número de leitos pediátricos no Estado;

nº 8.023/2017, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada audiência pública para debater os problemas e as possíveis soluções para o tratamento de esgoto nas cidades em que a Copasa-MG possui concessão de serviços de água e esgoto.

Em seguida, são aprovados relatórios de visita ao Parque Municipal Tom Jobim, realizada em 8/11/2016; à empresa Invepar Via 040, realizada em 11/4/2015; e ao Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro, realizada em 6/6/2016, que seguem publicados após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2017.

Paulo Guedes, presidente – Geraldo Pimenta – Antônio Jorge.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Local visitado: Imóveis (lotes não edificados) adjacentes ao Parque Municipal Tom Jobim, sito à Rua Luiz Soares da Rocha, no Bairro Luxemburgo, em Belo Horizonte

Apresentação

Atendendo ao Requerimento em Comissão nº 7.143/2016, do deputado Fred Costa, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização visitou, no dia 8/11/2016, imóveis (lotes não edificados) adjacentes ao Parque Municipal Tom Jobim, sito à Rua Luiz Soares da Rocha, no Bairro Luxemburgo, em Belo Horizonte, para conhecê-los e discutir com a comunidade do entorno as consequências de uma possível construção de edificação multifamiliar no local. O deputado Fred Costa esteve presente à visita.

Relato

O presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, deputado Fred Costa, encontrou-se no local citado com diversos moradores e lideranças da região, bem como com representantes da construtora Patrimar. O principal assunto discutido durante a visita foram os impactos, potencialmente negativos para a comunidade do entorno, de uma possível construção de edificação multifamiliar (prédio) no local. A visita foi acompanhada por um bom número de pessoas, como pode ser visto no Anexo I.

Em sua fala inicial, o deputado Fred Costa informou que aquele não era o primeiro caso em que ele, como vereador ou deputado, fora acionado por cidadãos para questionar processos de construções de prédios em áreas da região Centro-Sul da Capital e que, em muitos desses casos, a pressão da comunidade impediu que tais projetos fossem levados adiante. Em seguida, a palavra foi franqueada aos presentes que se interessassem por falar.

Vários moradores do entorno se manifestaram, em especial o Sr. Geraldo Magela Sales de Oliveira. Ele, bem como outros que o sucederam, disseram que os proprietários dos imóveis os compraram já sabendo que eles estavam localizados em lugar definido pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo do Município de Belo Horizonte como Zona de Proteção Ambiental – ZPAM –, cujos parâmetros construtivos são bastante restritivos, permitindo apenas uma unidade habitacional por lote e uma projeção da edificação em apenas 30% da área dos terrenos. Questionaram também a proposta de operação urbana conduzida pela prefeitura municipal, que tornaria possível a construção do prédio, hoje impedida pela legislação pertinente. Denunciaram, outrossim, que os proprietários atuais dos terrenos têm agido de má-fé, permitindo e, até mesmo, propiciando a degradação ambiental da área exatamente na porção em que se pretende construir a edificação. Informaram que possuem registros fotográficos, audiovisuais e de sensoriamento remoto (p. ex. imagens de satélite) comprovando que, desde 2007, ano em que os imóveis foram adquiridos pelos atuais proprietários, paulatinamente os espécimes arbóreos foram sendo suprimidos, as nascentes soterradas e incêndios supostamente criminosos ocorreram, culminando com o grau de degradação da área visivelmente observada pelos presentes (Anexo II). Por fim, alertaram que há um seriíssimo problema de trânsito no bairro e que tal empreendimento só viria a deteriorar ainda mais as condições de fluidez, visto que seriam 106 apartamentos e, portanto, mais de 200 veículos a mais a serem suportados pelas vias do bairro e entorno.

O representante da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano – Smapu –, Sr. José Júlio Vieira, informou que a operação urbana é um instrumento de política urbana previsto tanto na legislação municipal quanto no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 2001). Ressaltou que existe, de fato, uma proposta de operação urbana para os terrenos em questão, mas que tal proposta ainda está em suas etapas iniciais, e que o processo de participação social previsto permitirá que a comunidade conheça em detalhes o projeto, opine sobre as contrapartidas a serem exigidas dos empreendedores e se manifeste contrariamente à proposta se assim julgar mais adequado. Comunicou que a audiência pública anteriormente convocada pela prefeitura não pôde ser realizada, pois a quantidade de participantes foi muito superior à capacidade do local, e que nova data e local serão informados à comunidade por meio de publicação nos canais oficiais e na página da prefeitura na internet. Informou também que todos os documentos técnicos referentes ao processo em questão estão disponibilizados na página da prefeitura e que a equipe da Smapu está à disposição da comunidade, caso alguém deseje conversar pessoalmente sobre o assunto.

Por fim, a representante da construtora Patrimar, Sra. Juliana Pereira, distribuiu um prospecto resumido do projeto aos presentes (Anexo III) e esclareceu que a construtora participa dele, no papel de incorporadora, há aproximadamente um ano e que, em função disso, não poderia responder sobre as denúncias, feitas por vários dos presentes, de degradação da área em anos anteriores. Apresentou os pontos positivos do projeto, em destaque a doação de 6 dos 13 lotes à PBH, que faria quase duplicar a área do Parque Tom Jobim, e a construção de via que conectaria aquela porção do bairro ao Bairro São Bento.

Encerrando a visita, o deputado Fred Costa alertou que, em função do discutido, não só os moradores das adjacências como os de bairros vizinhos, como o São Bento, deveriam participar das discussões, visto que os impactos, principalmente os relacionados ao trânsito, seriam bastante abrangentes. Comunicou também que tem reuniões marcadas com o secretário da Smapu e com a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Minas Gerais para discutir a questão. Solicitou, por fim, que todas as denúncias feitas pelos moradores fossem repassadas, com documentos comprobatórios, para seu gabinete, a fim de que ele analisasse os próximos passos da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização nesse caso.

Conclusão

Conclui-se que a comissão cumpriu a finalidade da visita, cabendo-lhe agora continuar acompanhando as discussões acerca da operação urbana e do processo de construção da edificação no local visitado.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2017.

Fred Costa, relator.

ANEXO I

Participantes presentes à visita da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização



ANEXO II

Situação atual da porção do terreno visitado em que se pretende edificar



ANEXO III

Prospecto do projeto distribuído pela representante da construtora Patrimar.



Prezados Moradores e Usuários da vizinhança da Rua Luiz Soares da Rocha, sobre o empreendimento em estudo pela Patrimar vimos prestar os seguintes esclarecimentos:

<p>O empreendimento em estudo prevê a utilização de uma Operação Urbana Simplificada – OUS, para ocupação de um terreno privado, parcelado e aprovado pela PBH em 1987, com área total de 11.703,75 m².</p> <p>São 13 lotes, nºs 23 a 35, marcados em vermelho ao lado, e integrantes da quadra 505 do CP: 042-192-I. O lote de número 35 é aquele com divisa lateral imediata ao Parque Tom Jobim.</p> <p>Na proposta em estudo, dos 13 lotes, 6 deles (nºs 30 a 35), com área total de 5.651,13 m², serão doados à PBH e se tornarão área pública anexada ao Parque Tom Jobim, cuja área atual tem 6.400 m², passando a ter, após a doação, o total de 12.051,13 m².</p>	<p>Vista aérea dos lotes em estudo</p>
<p>A proposta prevê a concentração da construção na porção mais distante do Parque, onde há um menor número de árvores, em razão da existência no local de uma edificação, foto ao lado. Nesta proposta, será necessária a supressão de 24 árvores, sendo que 72% do total do terreno, permanecerá como área permeável.</p> <p>O projeto arquitetônico em estudo prevê uma única torre residencial, com 21 pavimentos, 2 níveis de garagem com acesso pela Rua Luiz Soares da Rocha, pilotis com área de lazer, e 106 apartamentos, e 212 vagas para automóveis. Perspectiva ao lado.</p> <p>Em termos de altimetria, o prédio ficará 20 metros abaixo da altura máxima das torres do Condomínio Bosque do Mosteiro, vizinho ao terreno. Esta altimetria, bem como o projeto arquitetônico, já foram previamente analisados e aprovados pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.</p> <p>O instrumento legal denominado Operação Urbana Simplificada (OUS) Luxemburgo, prevê que as contrapartidas sugeridas pela PBH/SMAPU, cujo valor total é calculado com base em parâmetros estabelecidos por Lei, sejam levadas à discussão com a comunidade em audiência pública parte do processo da OUS, onde poderão ser acolhidas sugestões de alterações e de novas propostas. A Patrimar está aberta para participar, juntamente com a população, da discussão com a PBH sobre as contrapartidas, tais como a revitalização, rearborização e segurança do Parque. Importante que as contrapartidas garantam o convívio harmônico de todos.</p>	<p>Conjunto de 13 lotes - Quadra 505 – local do estudo</p> <p>Perspectiva do empreendimento em estudo</p>

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização****Local visitado: Empresa Invepar Via 040 – Rua Niágara, 350, Bairro Jardim Canadá, Nova Lima****Apresentação**

Atendendo ao Requerimento em Comissão nº 5.517/2016, do deputado Fred Costa, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização visitou, no dia 11/4/2015, às 14h30min, a empresa Invepar Via 040, localizada na Rua Niágara, 350, Bairro Jardim Canadá, Nova Lima. O objetivo da visita foi conhecer as ações, o planejamento e o cronograma na BR-040, especialmente no trecho entre Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete.

Participou da visita o deputado Fred Costa, acompanhado dos Srs. Túlio Jorge Guimarães, representante da Prefeitura Municipal de Nova Lima, Frederico de Souza, gerente de Relações Institucionais da Via 040, Thales Pimenta Carvalho, supervisor de Fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – Unidade Regional de Minas Gerais, na Via 040, e Marcelo Alcides dos Santos, coordenador de Infraestrutura da ANTT – Unidade Regional de Minas Gerais, José Guilherme Capanema, representante do condomínio Alphaville, Gustavo Henrique Wykrota Tostes, ex-presidente da Associação dos Condomínios Horizontais, além de outros representantes das comunidades que utilizam o referido trecho da rodovia.

Relato

O motivo da visita foi a concessão da Rodovia BR-040, tema de vários debates em reuniões e audiências públicas da ALMG. No último dia 29 de março, em audiência pública que realizou sobre o tema, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização denunciou o crescente número de acidentes ocorridos naquela rodovia desde que ela passou à responsabilidade da empresa Via 040. Na ocasião, os participantes relataram que as intervenções no trecho entre o Anel Rodoviário e Conselheiro Lafaiete, como duplicações e construção de viadutos, ainda esbarram em falta de licenciamentos ambientais. O deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem à audiência, ressaltou que vários pedidos de melhorias já foram feitos à Via 040, consórcio responsável pela estrada desde abril de 2014, mas não foram atendidos.

Assim, a visita consistiu em uma reunião onde foram apresentadas pela concessionária as ações paliativas de melhoria das condições de segurança da rodovia, previstas especificamente para o trecho entre o Km 544, situado no Viaduto da Mutuca, e o Km 576, que corresponde à Praça de Pedágio nº 9, no Município de Itabirito. As ações apresentadas visam atingir os cinco pontos do referido trecho com maior índice de ocorrências de acidentes e consistem em melhorias de sinalização horizontal e vertical e também na aplicação da técnica de microfresagem em um trecho específico, para aumento de atrito e conseqüente aumento de aderência dos veículos à pista. A concessionária ressaltou que a solução final para melhoria das condições de segurança na rodovia só se dará com sua efetiva duplicação.

Após a apresentação das ações emergenciais, foi dada a palavra aos participantes para questionamentos adicionais aos já feitos ao longo da apresentação. Também foram ouvidas as sugestões de alguns participantes da visita.

Conclusão

Tendo sido apresentadas as ações a serem implantadas naquele trecho da BR-040, espera-se que ocorra uma melhoria das condições de segurança de tráfego na rodovia, além de uma diminuição no número de acidentes. Cabe a esta comissão continuar acompanhando o tema, tendo em vista a importância dessa rodovia para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e o número de cidadãos que dela fazem uso.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2017.

Fred Costa, relator.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Local visitado: Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro (Hospital do Barreiro)

Apresentação

Atendendo-se ao Requerimento em Comissão nº 6.101, do deputado Fred Costa, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização visitou, em 6/6/2016, o Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro, conhecido como Hospital do Barreiro, com a finalidade de conhecer a infraestrutura do hospital para subsidiar audiência pública que a comissão realizaria no dia seguinte para debater sua subutilização.

Participaram da visita os deputados Fred Costa, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, Dalmo Ribeiro Silva, Anselmo José Domingos, acompanhados do deputado federal Marcelo Álvaro Antônio, dos vereadores de Belo Horizonte Juliano Lopes, Veré da Farmácia e Antônio Torres-Gunda, além de representantes da comissão de aprovados na seleção pública para funções do serviço social autônomo. Os participantes foram recebidos por Flávio Duffles, diretor executivo do hospital.

Relato

O Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro – HMDCC –, inaugurado em 12/12/2015, é um hospital geral de gestão do Município de Belo Horizonte, com atendimento 100% SUS, integrante da rede de urgência e emergência da capital, que é composta também pelo Hospital João XXIII, Hospital Risoleta Tolentino Neves e Hospital Municipal Odilon Behrens. A unidade conta com infraestrutura adequada para atendimento de urgência e emergência, isto é, atendimentos não programados originados de demanda espontânea.

O hospital foi construído no modelo de parceria público-privada – PPP –, em que os serviços de apoio como lavanderia, hotelaria, estacionamento, vigilância e manutenção são prestados por parceiro que atuou na finalização das obras do hospital, e a parte assistencial compete ao Serviço Social Autônomo – SSA-HMDCC –, entidade paraestatal criada pelo Município de Belo Horizonte para firmar e gerir convênios e parcerias para prestação de serviços.

O diretor executivo do hospital, Flávio Duffles, iniciou a visita descrevendo a estrutura do hospital e explicou a razão pela qual apenas 10,86% de sua capacidade instalada está em funcionamento.

Segundo nos informou, o hospital tem cerca de 46.000m² de área construída, 12 andares e um heliponto. Conta 451 leitos, dos quais 320 são destinados à internação, 80 são de CTI, 12 são reservados à emergência e 39 são destinados à observação. Há também salas reservadas às famílias nos andares destinados à internação. O centro cirúrgico conta 4 salas de cirurgia ambulatorial e 12 salas destinadas a cirurgias maiores. O prédio é todo acessível, e nele há 10 elevadores, dos quais 5 são de uso do público e os demais são reservados aos pacientes.

O HMDCC está equipado com um sistema de correio pneumático, responsável pelo transporte interno de material coletado dos pacientes ao laboratório do hospital, agilizando a obtenção de resultados de exames. Há também farmácias satélites em alguns andares e uma farmácia central, além de uma central de material esterilizado, com fluxos distintos para material novo e usado. O material novo é enviado diretamente aos blocos cirúrgicos através de um monta-carga. Outro equipamento disponível no hospital é o sistema de *no-break*, que garante que os equipamentos não parem de funcionar em caso de falta de energia, por meio do acionamento de geradores.

Segundo Duffles, atualmente o hospital funciona apenas com 39 leitos de internação e 10 de CTI, que são ocupados por meio de encaminhamento da central de regulação do município. Não está, portanto, funcionando de acordo com seu perfil, que é de atendimento de urgência e emergência por demanda espontânea. A causa dessa subutilização é a falta de verbas para arcar com toda a estrutura disponível.

Indagado pelos parlamentares sobre o custeio do hospital, Flávio afirmou que a instituição conta com o repasse mensal de R\$2.000.000,00 pelo Município de Belo Horizonte e que seriam necessários mais R\$24.000.000,00 por mês para que o HMDCC funcionasse plenamente. O diretor acrescentou que o Estado aportou recursos para a infraestrutura, mas não para custeio, e que o município tem solicitado recursos ao Estado e à União, sem, contudo, obter êxito. Por fim, Flávio informou que, em decorrência de uma solicitação do município, o Ministério da Saúde editou a Portaria MS/GM nº 1.004, de 11/5/2016, que estabelecia a incorporação de recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Minas Gerais e Município de Belo Horizonte e destinaria R\$15.000.000,00 ao hospital. Entretanto, outra norma, a Portaria MS/GM nº 1.105, editada em 1º/6/2016, tornou a Portaria MS/GM nº 1.004 sem efeito.

Os deputados presentes também pediram informações ao diretor executivo sobre a seleção pública realizada para provimento de 1.299 vagas para funções do Quadro Geral de Pessoal do Serviço Social Autônomo do Hospital. Ele esclareceu que até aquele momento haviam sido chamados cerca de 400 aprovados, dos quais 200 iniciaram suas atividades. Informou também que, como o hospital ainda não está em pleno funcionamento, não seria possível chamar os demais aprovados.

Conclusão

As informações prestadas aos deputados pelo diretor executivo do Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro, Flávio Duffles, foram elucidativas. Os parlamentares consideraram a visita proveitosa, uma vez que possibilitou conhecer a infraestrutura do hospital, bem como os problemas que a instituição enfrenta para entrar efetivamente em funcionamento, e solicitaram ao diretor que estivesse presente na audiência pública destinada a debater a subutilização do hospital.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2017.

Fred Costa, relator.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/4/2017

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade, Bráulio Braz, Antonio Carlos Arantes e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues e Gustavo Valadares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o retorno da operação de voos de grande porte no Aeroporto da Pampulha e suas consequências. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Doutor Jean Freire, presidente da Comissão de Participação Popular, solicitando agilidade na apreciação do Projeto de Lei nº 3.312/2016, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e Outros Empreendimentos e dá outras providências. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.356 e 2.723/2015 e 3.310/2016 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Bráulio Braz, aprovado pela comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Mônica Neves Cordeiro, diretora da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas, representando o presidente da referida associação; e Sandra Vidigal, integrante da Associação do Bairro Pampulha; e os Srs. Adair Evangelista Marques, superintendente do Instituto Euvaldo Lodi, representando o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg; Mário Jorge Fernandes de Oliveira, superintendente do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade – Aeroporto da Pampulha; Paulo Cesar de Souza Rangel, diretor-presidente da BH Airport – Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins; Bruno Miranda, secretário municipal adjunto de Desenvolvimento, representando o prefeito de Belo Horizonte; Celso Antônio da Silva, prefeito de Confins; Marcelo Bento Ribeiro, diretor de Planejamento e Alianças da Azul Linhas

Aéreas – Barueri (SP); Gilson Brito Júnior, presidente da Associação de Desenvolvedores do Vetor Norte; Carlos Conrado Pinto Coelho, integrante da Associação Pró-Civitas dos Bairros São Luís e São José; Rogério Carneiro de Miranda, integrante da Associação dos Moradores do Bairro Jaraguá; Luiz Antônio Athayde Vasconcelos, presidente da Héstia Consultoria Ltda. e ex-subsecretário de Investimentos Estratégicos de Minas Gerais; Valter de Assis Aguiar, diretor da Força Sindical; Paulo de Tarso Gonçalves Junior, presidente do Sindicato dos Aeroviários de Minas Gerais; e Anderson Rocha, presidente da BH Convention & Visitors Bureau. A presidência, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos demais deputados presentes e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2017.

Roberto Andrade, presidente – Braulio Braz – Fábio Avelar Oliveira.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 10/5/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.918/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre organograma de projeto a ser executado no Município de Jacutinga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.330, que acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 10/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 10/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.818, 6.819, 6.820, 6.822, 6.823, 6.824 e 6.826/2017, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a suposta prática de abuso de autoridade e assédio moral por parte do 1º-Ten. Juliano Ricardo Costa em desfavor da Sgt. Raquel Aparecida Vasconcelos, em episódio ocorrido em 3/11/2016.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 1.491/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes; 2.805/2015, do governador do Estado; e 3.875/2016, do deputado André Quintão e outros.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 10/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 6.825 e 6.827/2017, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 10/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei n° 4.116/2017, do deputado Durval Ângelo; Projeto de Lei Complementar n° 19/2015, do deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei n°s 62/2015, dos deputados Fred Costa e Paulo Lamac; 445/2015, do deputado Fred Costa; 774/2015, do deputado Gilberto Abramo; 1.071/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.827/2015, do deputado João Vítor Xavier; e 4.120 e 4.121/2017, do deputado Durval Ângelo.

Em turno único: Projetos de Lei n°s 4.009/2017, da deputada Ione Pinheiro, e 4.032/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 286/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 398/2015, do deputado Fabiano Tolentino; 907/2015, do deputado Fred Costa; 924/2015, do deputado André Quintão; 1.398/2015, do deputado Arlen Santiago; 1.476 e 1.480/2015, do deputado Carlos Pimenta; 1.637/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.854/2015, do deputado Bosco; 2.045/2015, do deputado Felipe Attiê; 2.282/2015, do deputado Gustavo Corrêa; 2.283, 2.391 e 2.396/2015, do deputado Fred Costa; 2.553/2015,

do deputado Antonio Carlos Arantes; 2.697 e 3.001/2015, do deputado Isauro Calais; 3.065/2015, do deputado Antônio Jorge; 3.081/2015, do deputado João Alberto; 3.118/2015, do deputado Antônio Jorge; 3.176/2016, do deputado Doutor Jean Freire; 3.282/2016, do deputado Professor Neivaldo; 3.316/2016, do deputado Felipe Attiê; 3.446/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.559 e 3.730/2016, do deputado Sargento Rodrigues; 3.862/2016, do governador do Estado; 3.909/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.923/2016, do deputado Roberto Andrade; 3.979/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.982/2017, do deputado Cássio Soares; 3.994/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes; 4.000/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.008/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.010/2017, do deputado Ulysses Gomes; 4.030/2017, do deputado Gustavo Santana; 4.041/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.051/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes; 4.057/2017, do governador do Estado; 4.086/2017, do deputado Cássio Soares; e 4.115/2017, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 1.517/2015, do deputado Carlos Pimenta; 1.703/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.827/2016, do deputado Ivair Nogueira; 3.834/2016, do deputado Cássio Soares; 3.838/2016, do deputado Ivair Nogueira; 3.903/2016, do deputado Ulysses Gomes; 3.918/2016, do deputado Rogério Correia; 3.944/2016, do deputado Gil Pereira; 3.961/2016, do deputado Paulo Lamac; 3.975/2017, do deputado Paulo Guedes; 3.980/2017, do deputado Dilzon Melo; 3.992/2017, do deputado Noraldino Júnior; 3.998/2017, do deputado Emidinho Madeira; 4.012/2017, do deputado Gustavo Corrêa; 4.021/2017, do deputado Lafayette de Andrada; 4.022/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira; 4.024/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.033/2017, do deputado Emidinho Madeira; 4.040/2017, do deputado Cássio Soares; 4.043/2017, da deputada Geisa Teixeira; 4.066/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.076/2017, do deputado Iran Barbosa; 4.079/2017, do deputado Agostinho Patrus Filho; e 4.099/2017, do deputado Leonídio Bouças.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Resolução n° 2/2015, do deputado Cabo Júlio; Projetos de Lei n°s 309/2015, do deputado Arlen Santiago; 447/2015, do deputado Arlen Santiago; 527/2015, do deputado Paulo Lamac; 1.076/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.189/2015, do deputado Arnaldo Silva; 1.569/2015, do deputado Tiago Ulisses; e 1.608/2015, do deputado Vanderlei Miranda.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento n° 6.977/2017, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 10/5/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n.ºs 6.911/2017, do deputado Bosco; 6.943/2017, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 10/5/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei n.º 3.133/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a rede de atenção psicossocial e as comunidades terapêuticas.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 10/5/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 10/5/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 994/2015, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.975 e 6.976/2017, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Dirceu Ribeiro, João Vítor Xavier e Thiago Cota, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e os deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 10/5/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.092/2017, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2017.

Celise Laviola, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Agropecuária e Agroindústria e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, e a deputada Marília Campos e os deputados Glaycon Franco, Thiago Cota, Dilzon Melo e Geraldo Pimenta, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para a reunião a ser realizada em 10/5/2017, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência pública, debater as questões relativas aos aspectos ambientais no setor agropecuário, levantadas pelos produtores rurais da região, entre elas a concessão de outorgas, a exigência de fossas sépticas, áreas de preservação permanente – APPs – e procedimentos de tramitação de protocolos e requerimentos junto à Supram; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.753/2016****Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas****Relatório**

De autoria do deputado Léo Portela, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Projeto Solidário Viver Bem, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.753/2016 pretende declarar de utilidade pública o Projeto Solidário Viver Bem, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a prevenção e o combate à dependência de álcool, crack e outras drogas; e a promoção da assistência social, da saúde e da educação.

Com esse propósito, a instituição presta assistência psicológica, social, e tratamento gratuito ao dependente e seus familiares; promove a inclusão social dos pacientes; colabora com estabelecimentos de ensino e entidades de assistência social, no sentido de informar e prevenir a dependência do álcool e de outras drogas; e oferece creche para crianças em situação de vulnerabilidade.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Projeto Solidário Viver Bem, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.753/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2017.

Dilzon Melo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.890/2016

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Creche Comunitária São Judas Tadeu, com sede no Município de Nova Lima.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.890/2016 pretende declarar de utilidade pública a Creche Comunitária São Judas Tadeu, com sede no Município de Nova Lima, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo auxiliar no desenvolvimento das crianças.

Com esse propósito, a instituição fornece amparo a crianças com idade entre 4 meses e 12 anos, durante os dias úteis, no horário das 6h45 às 18 horas, permitindo que seus pais possam trabalhar com tranquilidade.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Creche Comunitária São Judas Tadeu em prol das crianças no Município de Nova Lima, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.890/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de abril de 2017.

André Quintão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.894/2016**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Elismar Prado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Andorinhas, com sede no Município de Presidente Olegário.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.894/2016 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Andorinhas, com sede no Município de Presidente Olegário, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover a melhoria das condições de vida e bem-estar da comunidade, e promover o desenvolvimento do bairro.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades sociais, recreativas, educacionais, esportivas, culturais e assistenciais; promove a defesa do meio ambiente e a preservação dos recursos naturais; busca firmar convênios com associações congêneres, autarquias, entidades religiosas, federais, estaduais e municipais.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação dos Moradores do Bairro Andorinhas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.894/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2017.

André Quintão, relator.

 **PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 2/5/2017**

O deputado André Quintão* – Sr. Presidente, deputadas, deputados, telespectadores que acompanham a TV Assembleia, público presente, é com nível de responsabilidade e também de preocupação que subo a esta tribuna, em face de uma série de ocorrências em nosso país, principalmente em relação a atos de violência praticados em conflitos sociais e manifestações populares e sindicais.

Nós tivemos no Brasil um período conturbado, de arbítrio, autoritarismo, com a ditadura militar, que não só impediu a manifestação, a organização partidária, sindical, mas também levou a vida de muita gente e deixou marcas e sequelas profundas em

milhares de pessoas. Vivemos um período de contestação a esse arbítrio: movimentos no interior da própria ditadura, com resistência da sociedade civil, das comunidades eclesiais de base; movimentos de direitos humanos, organizações de esquerda, igrejas, pessoas de boa vontade; ressurgimento do movimento sindical. Ultrapassamos essa página dolorosa da história brasileira, num primeiro momento, com o colégio eleitoral, depois, com o processo constituinte, a primeira eleição presidencial, em 1989. Passo a passo, ano a ano, com idas e vindas, avanços e retrocessos, a nossa democracia foi se consolidando, com todas as contradições inerentes ao sistema capitalista. Foi um processo de busca por maior igualdade, por redistribuição das riquezas, avanços de políticas públicas desenhadas a partir da Constituição de 1988.

Nos anos Lula e principalmente no primeiro mandato da presidenta Dilma, tivemos inegáveis e reconhecíveis avanços sociais, com a construção de uma rede de proteção social, o acesso dos mais pobres e jovens à universidade, a melhoria da produção e da comercialização para o agricultor familiar, a discussão mais presente das questões de gênero e igualdade social. São avanços que eu coloco no terreno e no patamar civilizatório.

De um momento para outro, sentimos um retrocesso em todas as áreas, na economia, nas políticas sociais. Reitero aqui o que já disse várias vezes. A proposta que hoje já é uma emenda constitucional e trata do congelamento de gastos por 20 anos fere de morte os princípios constitucionais da universalização de políticas públicas. Infelizmente, ela foi aprovada no ano passado. Além disso, o projeto de terceirização, associado à reforma trabalhista, com o princípio do negociado prevalecendo sobre o legislado, afronta o direito ao trabalho, afronta a CLT, de 1943, afronta dezenas de anos de lutas e conquistas trabalhistas. Além disso há a reforma da previdência.

É importante salientar que, na última sexta-feira, dia 28, tivemos uma mobilização bastante importante e intensa em centenas de municípios brasileiros, mobilizando trabalhadores e trabalhadoras, pessoas sintonizadas com os anseios da população brasileira neste momento. Houve participação de movimentos sociais, de cidadãos que engrossaram não apenas a greve geral, mas as mobilizações em várias partes do Estado e do País, num sinal muito claro de que a população rejeita essas reformas e esse caminho de equacionar a questão fiscal, através da penalização do povo mais pobre e dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Agora, além disso, temos percebido um recrudescimento da violência praticada contra as pessoas que se manifestam contrariamente a um rumo político. Isso é muito perigoso. Estamos observando novamente atentados, ameaças, mortes, atos de violência praticados contra manifestantes, contra trabalhadoras e trabalhadores que estão buscando, legitimamente, o seu pedaço de terra e contra os povos indígenas. Esse é um retrocesso bárbaro. Vou repetir o termo. Se voltarmos a essa história de a violência se sobrepor ao diálogo e, nesse caso, a violência praticada contra trabalhadoras e trabalhadores, jovens, como foi o caso da manifestação da última sexta-feira, será um retrocesso incomparavelmente pior do que as disputas que fazemos em torno das próprias reformas. Estamos observando que num dia é num estado; noutro, numa ocupação de trabalhadores sem-terra; noutro, com povos indígenas; noutro, com jovens que estão nas ruas.

Por trás, entendo, dessas situações em cada canto do nosso país, está também o crescimento da apologia à violência dos mais fortes sobre os mais fracos como o caminho do equacionamento de conflitos que, pela natureza, devem ser resolvidos no campo da política e da democracia.

Levanto aqui uma reflexão que vai muito além da dimensão partidária. Num momento de baixa credibilidade das instituições, num momento de crise institucional, num momento de recessão e desajustes na economia, num momento de uma onda internacional que também aponta para o conservadorismo, num momento em que a esperança vai ficando distante do cotidiano do cidadão e da cidadã, o terreno fica fértil para salvadores da pátria, para o autoritarismo, para a negação da própria política. Por isso é muito importante que as instituições, seja o Executivo, seja o Legislativo, seja o Judiciário, fiquem muito atentas ao momento pelo qual o Brasil está passando. Essa moda, deputada Marília, deputado Jean, não pode pegar, qual seja, de resolver e buscar equacionar conflito de natureza política e econômica por meio do arbítrio e da força, muitas vezes praticados por órgãos que têm por dever

exatamente defender a integridade de cada cidadão e de cada cidadã. O Congresso deve ter muita responsabilidade ao analisar propostas de reformas que afetem gerações, que tenham impacto de curto, médio e longo prazos. É muito importante que as instituições políticas rapidamente tenham condições de se recredenciar junto à população. O fim da política, da democracia significa a prevalência da força e do arbítrio.

Entendíamos já ter superado essa página em nosso país desde a transição da ditadura para a democracia. Preocupa-nos muito quando vemos notícias de jovens, de índios, de sem-terra sendo ameaçados, agredidos, alguns sendo mortos em função de conflitos sociais. É importante que, em cada nível de governo, em cada poder, a preocupação com a paz, com a cultura da paz, com o diálogo, com o funcionamento harmônico das instituições, com a sensibilidade ao se tomarem as melhores decisões, principalmente as que afetam as pessoas mais pobres, enfim, tudo isso seja predominante no cotidiano racional e de ação de cada agente público, de cada agente político do nosso país. Essa escalada de violência praticada contra trabalhadores e trabalhadoras que estão lutando por seus direitos é absolutamente preocupante.

Repito aqui: não é por acaso que essas ações começam a proliferar. Elas ocorrem em um momento em que há uma tendência conservadora internacional, uma corrente retrógrada do ponto de vista de corte e subtração de direitos sociais trabalhistas e previdenciários do País, em um momento de baixa credibilidade das instituições políticas, em um momento de vácuo de lideranças. Tudo isso contribui para a prevalência da força. Essa crise institucional e de ausência de diálogo e harmonia entre as instituições contribui, portanto, para o exercício da força, para o exercício de cada um por si e para a cultura do individualismo. Essa cultura da violência sai do campo da disputa política, dos conflitos sociais e pode se espalhar pela própria sociedade. A partir do momento em que as pessoas começam a desacreditar ou a não enxergar nas instituições o caminho para saídas coletivas, prevalece exatamente o caminho do individualismo e da força. Esse é um retorno à barbárie. Esse é um retorno que não podemos permitir.

Da mesma forma que ficamos animados, esperançosos com as manifestações do dia 28 de abril, com as pessoas nas ruas exercendo sua cidadania, fazendo sua parte, mandando um recado claro de que não desejam essa reforma da previdência, como disse, preocupa-nos também que setores conservadores da sociedade brasileira façam a apologia da força, da violência como alternativa para a resolução de conflitos de natureza absolutamente social, cultural, política e econômica. Espero que esses ares não cheguem a Minas Gerais, onde as forças sociais, os movimentos sociais e o nosso governo têm apontado um caminho diferente, um caminho para fortalecer as conquistas sociais e ampliar a participação popular. Fica aqui o nosso alerta: não podemos deixar que, em pleno século XXI, a barbárie retorne a nossa civilização brasileira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Exmo. Deputado Dalmo Ribeiro, presidente, quero cumprimentar a deputada Marília aqui presente e o deputado André Quintão pelo seu pronunciamento, como sempre demonstrando profundo conhecimento das questões sociais que estamos vivendo neste país.

Tenho um assunto a tratar, André. Quero trazer à tona questões da saúde pública que estamos observando pelo Estado todo, nas andanças que estamos fazendo, principalmente depois que assumimos a presidência da Comissão de Saúde, mas é importante acrescentar – não ousou mudar o pronunciamento de V. Exa. – que vimos parte da população brasileira de todos os estados brasileiros, até a daqui de Minas Gerais, fazer, no dia 28, um grande desabafo. O povo não aguenta mais. Você liga a TV e, quando acha que já acabou tudo, quando acha que já viu tudo o que poderia ver de ruim na política brasileira, quando escuta e vê as imagens de delações premiadas, contando em pormenores como aconteceram as mutretas, as maracutaias e o roubo monstruoso, bilionário do dinheiro do povo brasileiro, no outro dia há uma repetição, um agravamento, com novas delações. O povo está ainda sem entender a dimensão disso em sua vida, no dia a dia do nosso país.

Estamos vendo um país literalmente quebrado, um país que não tem forças para promover a recuperação econômica – e estamos precisando dela. Não vemos, Dalmo, nenhuma ação para recompor a coisa mais sagrada que temos, que qualquer pessoa tem

em sua vida: o emprego. Há uma legião de quase 14 milhões de desempregados neste país, desemprego que se reflete nas caminhadas pelas ruas da cidade, quando você vê pequenos comércios de portas cerradas, quando você vê pequenas atividades econômicas que já não existem, quando você vê as indústrias não contratando, diminuindo sua produção, concedendo férias coletivas, como tem ocorrido na indústria automobilística. Isso se reflete quando o trabalhador vai ao supermercado, à venda e ao mercado fazer sua compra e, a cada dia, vê seu salário corroído pela inflação, corroído por falta de decisões políticas deste governo, que efetivamente tem que proteger os trabalhadores, as famílias; quando você vê os planos de saúde todos os dias perdendo milhares, milhões de pessoas cooperadas. Essas pessoas estão migrando para o SUS, porque o único caminho que lhes resta é procurar um hospital, um posto de saúde, um serviço oferecido pelo SUS.

Na verdade, o povo brasileiro deu um grande recado no dia 28, fora as manipulações da greve feitas por alguns sindicatos que não têm compromisso com a verdade nem com o povo brasileiro, apenas com a pretensão de perpetuar esse poderio imensurável que têm no Brasil.

O Brasil, hoje, tem 17 mil sindicatos, que, certamente, poderiam ser diminuídos a um centésimo desse número. É preciso constituir sindicatos fortes, que efetivamente representem o povo brasileiro. O recado foi muito bem-dado. Espero que as autoridades, principalmente os governos federal e estaduais, possam sentir o recado que foi dado. Se não estão entendendo, é hora de alguém chegar perto deles para dizer: “Presidente, governador, escutem a voz da rua, escutem o povo brasileiro, proponham ações que venham proteger o brasileiro, que está sem emprego ou com o seu salário corroído”. É importante que o governador ou o presidente parem de pensar em apenas fazer propostas reformadoras, como as reformas trabalhista e previdenciária. Ninguém está querendo engolir essas reformas, porque, mais uma vez, quem vai pagar a conta é o povo brasileiro.

Se este governo quer ser reconhecido como o governo das reformas, é hora de ele fazer uma grande reforma, que se faz necessária há tantos e tantos anos: a reforma tributária, porque ninguém aguenta mais pagar esse volume de impostos. Pagamos imposto para um determinado serviço, depois pagamos novamente, quando esse serviço é transformado em outro, e vai por aí afora. Hoje a carga tributária é de quase 50%. Parece que essa reforma não lhe interessa, ele quer apenas tirar o direito do trabalhador, fazer com que ele se aposente, se conseguir se aposentar, no final da sua vida, sem poder desfrutar com sua família todo bem que fez na construção deste país.

O presidente queria igualar, deputada Marília, a trabalhadora do campo à urbana. Ele não sabe o sofrimento por que passa a trabalhadora do campo, que, desde tenra idade, ainda criança, é obrigada a ajudar o seu pai, trabalhando com enxada na colheita e na limpeza do campo. Uma mulher que passou a sua vida toda no campo, acordando às 5 horas e dormindo pouco depois das 19 horas. Aos 55 anos de idade parece ter 70 anos, tamanho o sofrimento que enfrentou e que pode ser visto nos calos de suas mãos, em seu rosto e em sua pele queimados. Ela tem expectativa de vida de pouco mais de 60 anos de idade. A expectativa de vida desse herói anônimo, que põe comida na mesa das pessoas que moram na cidade, é de pouco mais de 65 anos. Esse é o alvo da reforma desse presidente.

Ainda faltam discutir muitas outras reformas, a da área trabalhista, a da área previdenciária, mas há um silêncio sepulcral do governo federal quanto à reforma tributária. Estamos aí sem poder explicar essa carga tributária que tira o sono dos investidores.

Neste momento, gostaríamos muito de aplaudir aqueles brasileiros que ficam estarelecidos, enojados, de ver tanta roubalheira, tanta corrupção na televisão.

E nós ainda vemos pessoas que estão sendo denunciadas por terem assaltado o povo propagando-se como presidentes das pessoas pobres, das pessoas humildes, como transformadores das questões sociais deste país. Essas pessoas deveriam estar na cadeia. Eu quero ver agora as delações que ainda virão. É engraçado como subestimam as pessoas que querem contribuir para a Justiça, que fazem a delação, dizendo-se que estão delatando só para salvar a própria pele. O povo sabe quem são os bandidos deste país, o povo sabe quem são as pessoas que roubaram este país, independentemente de siglas partidárias. Essas pessoas deveriam estar na cadeia, e

a chave devia ser jogada fora, para dar oportunidade ao nosso país de ter, pelo menos, a luz, a esperança de um dia melhor, de uma geração melhor. É isso que o povo quer. O povo não quer saber desses sindicatos pelegos, que fingem defendê-lo, mas na verdade estão ali para defender a contribuição sindical. O povo não quer saber dessas pessoas que, diante das câmeras, dão uma de bonzinhos, de salvadores da pátria, mas que não passam de bandidos da pior espécie, corruptos que arrebutaram com a esperança do povo brasileiro.

Eu não pretendia fazer este pronunciamento, mas quis complementar o brilhante pronunciamento do deputado André Quintão, a quem respeito muito. Não respeito esses bandidos que deixam o povo sem segurança, que deixam o povo sem saúde; os bandidos que já estão saindo dos grandes centros e estourando os caixas dos pequenos municípios, roubando as propriedades rurais; os bandidos que estão invadindo as igrejas durante as missas e os cultos, usando revólver para tomar até os terços que as pessoas têm na mão.

Deputado Sargento Rodrigues, penso que as pessoas que muitas vezes arrotam discursos bonitos deveriam colocar a mão na consciência e passar a defender verdadeiramente o povo brasileiro.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Agradeço a V. Exa. por me conceder o aparte e quero parabenizá-lo como deputado aguerrido e, acima de tudo, muito comprometido com o povo do Norte de Minas. V. Exa. já foi nosso líder de bancada várias vezes, e sabemos que não falta dinheiro. Essa denúncia não é nossa, porque, quando o deputado da oposição fala, dizem que é porque somos da oposição. O Ministério Público de Minas Gerais vai investigar a contratação de funcionários que integram os quadros do grupo Cemig e ocupam altos cargos.

Deputado Carlos Pimenta, até o Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini integra o conselho da Cemig. Esse moço não entendia nem de polícia, ele entendia muito de gabinete, mas de área operacional não entendia nada. Passou a vida inteira nos gabinetes, e agora vai receber uma bufunfa de quase R\$12.000,00 na Cemig, onde dizem que há um andar que vai desabar a qualquer hora de tanta companheirada do PT que Fernando Pimentel nomeou. Mas, enquanto isso – e aqui o aparte nunca terá algo sem lastro, e V. Exa. traz o sofrimento da segurança pública –, somente nos anos de 2015 e 2016, Pimentel, do PT, deixou de repassar R\$223.000.000,00 para o custeio da Polícia Militar. Na rubrica investimentos, R\$32.000.000,00. É por isso que a segurança pública está pedindo socorro, sucateada e abandonada por esse governo corrupto, diga-se de passagem. Obrigado.

O deputado Carlos Pimenta* – Obrigado, deputado.

Peço um pouco mais de tempo ao presidente para que possa terminar meu pronunciamento. Meu coração está mais aliviado agora, depois que desabafei, mas gostaria de chamar atenção para o surto de chikungunya que ameaça o nosso estado. Minas Gerais é o 2º colocado neste aspecto, perdendo apenas para o Ceará. E a cidade de Governador Valadares apresenta, entre todos os municípios brasileiros, o maior índice de infestação pelo *Aedes aegypti*, que transmite a doença. É campeã! Coitada de Valadares. Só neste ano foram mais de 6 mil casos, mais de 6 mil valadarenses, conterrâneos do companheiro Mourão, sofrendo com a chikungunya. Na Comissão de Saúde, vamos pedir explicações à secretaria de Estado, porque, sozinha, a cidade está fazendo o que pode. Aliás, está fazendo muito mais do que pode: mobilizou todo mundo, até a medicina oriental, por meio da acupuntura, para tratar as pessoas com sequelas de chikungunya, que deixa muitas dores articulares. Então, parabéns ao prefeito de Valadares; à secretária municipal de Saúde, que esteve na comissão; e a todos os funcionários, que se doam à população para amenizar a dor das milhares de pessoas que contraíram a chikungunya.

Para terminar, presidente, como só estamos nós aqui, além do deputado Sargento Rodrigues, queria chamar atenção para a região do Mucuri, especificamente para as cidades de Nanuque e de Carlos Chagas. São dois municípios que ficam no extremo leste de Minas, um deles com mais de 50 mil habitantes e outro com quase 30 mil, cujos hospitais precisam urgentemente de um apoio da secretaria de Estado. O hospital de Nanuque está absolutamente abarrotado de pacientes e não consegue mais dar apoio a eles. Quanto ao hospital de Carlos Chagas, estarei lá no próximo sábado, a convite do prefeito e dos vereadores, para ver *in loco* as dificuldades do

hospital. Saibam então que, no sábado, estarei em Nanuque e em Carlos Chagas, para discutir com a população e ver o que pode ser feito para melhorar a saúde pública. Agradeço ao deputado Dalmo Ribeiro Silva a paciência.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, ilustre deputado Dalmo Ribeiro Silva, deputados, deputadas, público que nos acompanha das galerias ou pela TV Assembleia, como vocês podem perceber o Plenário está vazio. Mas tenho uma responsabilidade enorme com a procuração que me foi dada nas urnas, chamada voto, e que respeito demais. Quando o cidadão vai às urnas, ele nos dá uma procuração. Como advogado, sei que às vezes a procuração que recebemos no exercício da advocacia tem poderes específicos: o cidadão que vai lidar com uma sucessão, um divórcio, uma herança nos passa uma procuração específica. Mas, quando ele vota em um deputado, prefeito, governador, senador ou presidente, ele nos dá uma procuração muito alargada. E é em nome dessa procuração que aqui estou. Essa procuração me foi dada para estar aqui todos os dias. Não é favor que faço ao eleitor, mas é meu dever, acima de tudo, estar presente, seja nas comissões ou no Plenário, fazendo o debate, fiscalizando, denunciando, cobrando, participando de audiências públicas ou propondo requerimentos, como fizemos hoje, deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Neste ponto, acho oportuno falar da ausência dos deputados da chamada tropa de choque de Pimentel. A Comissão de Segurança Pública é composta por cinco membros e precisa da presença de no mínimo três deputados para abrir as reuniões.

Então, pela quarta vez seguida, os deputados de Pimentel boicotam a Comissão de Segurança Pública. Vai ver não há problema algum. Está tudo um mar de rosas. Hoje, mesmo com a presença de convidados e de diversas autoridades para debaterem o problema dos crimes de explosão de caixas eletrônicos, ou seja, explosão nos dois sentidos, já que houve um aumento enorme dos crimes, e mesmo sendo um tema tão necessário, porque os policiais militares e civis estão sofrendo muito na ponta da linha, os deputados da base não compareceram à audiência.

Tivemos a oportunidade, juntamente com a nossa equipe de trabalho, deputado Dalmo, e os assessores devidamente credenciados e orientados, de visitar as cidades de Medina, Ninheira, Berizal, Comercinho, Coronel Murta, Cachoeira do Pajeú, Águas Vermelhas, Curral de Dentro, Itinga, Leme do Prado, Divisa Alegre, Indaiabira, Santa Cruz de Salinas, Virgem da Lapa, José Gonçalves de Minas e Carlos Chagas. Nesses municípios, os policiais civis e militares estão com coletes vencidos, munição vencida, armamento obsoleto, viaturas em péssimo estado e as instalações físicas caindo aos pedaços.

Deputado Dalmo, V. Exa. esteve lá desde o início até o fim como autor de requerimento que deu origem àquela audiência pública. S. Exas., os deputados da base do governo, pagos pelo povo mineiro, lá não estavam para fazer o debate e participar. Na defesa de Pimentel, defesa insana e cega, lá não compareceram. Não compareceram: o deputado Cabo Júlio, do PMDB, vice-presidente da comissão; Fábio Cherem, vice-líder do governo, do PSD; Paulo Guedes, do PT; e João Magalhães. Eles não compareceram para fazer o debate na Comissão de Segurança Pública.

Se querem boicotar o deputado Sargento Rodrigues, estarei lá todas as terças-feiras, às 9h30min. Sou regimentalista e cumpro o meu dever. Não é favor, mas o meu dever. Isso apesar de algumas excelências entenderem que isso é não dever. O cidadão recebe R\$25.322,00 bruto de salário. Só que alguns querem fazer desta Casa bico. Não foi à toa, deputado Dalmo, que escrevi o artigo “Legislar ou prostituir”, que está disponível no Google, na internet. Escolhi legislar, assim como V. Exa., que chegou aqui comigo e está no quinto mandato. Sei do seu trabalho e conheço V. Exa.: deputado responsável e comprometido. Escolhi legislar. É por isso que o Parlamento é atacado. Quem quiser fazer uma leitura verá que o artigo se encaixa e se amolda muito bem ao comportamento de algumas excelências. Infelizmente é uma deformação do Parlamento. S. Exas. não compareceram à audiência e tinham o dever de fazê-lo.

O pior, Deputado Dalmo, é que V. Exa. registrou três vezes e registrei várias vezes que o Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, não compareceu à audiência pública e não enviou sequer um representante, como se os caixas eletrônicos estivessem estourando e não fossem de responsabilidade da Polícia Militar. O Dr. Márcio Lobato,

superintendente da Polícia Civil, lá compareceu, assim como a procuradora Dra. Cássia Virgínia, chefe da Promotoria de Combate ao Crime Organizado; o prefeito e o vice-prefeito de Andradas, a convite do deputado Dalmo; e as entidades de classe. Porém, o comandante-geral da Polícia Militar disse que não está muito preocupado se os soldados, cabos ou sargentos estão com os coletes vencidos nem se a munição está vencida. Sabem por quê? Porque ele vestiu a camisa, Heleno, do PT, e não a camisa honrosa do cargo de comandante-geral da Polícia Militar. É lastimável o que estamos acompanhando na Comissão de Segurança Pública.

Então, não são só V. Exas. Agora o comandante-geral da Polícia Militar também entende que não precisa discutir nem dar informação sobre a matéria. Talvez seja porque ele não está na ponta da linha.

Sr. Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, tenha dó dos seus comandados. Não deixe os soldados lá em Medina, em Berizal, em Divisa Alegre, em Águas Vermelhas, em Divisópolis, em Bandeira, em Joáima, em Salto da Divisa, em Santo Antônio do Jacinto trabalharem com coletes à prova de balas vencidos. Não deixe os policiais trabalharem com munição vencida, porque as quadrilhas especializadas em atacar e explodir caixas eletrônicas estão cada vez mais avançando para dentro do Estado de Minas Gerais.

Mas onde está a responsabilidade desse cidadão, que foi promovido a coronel porque era amigo do governador, assim como o Cel. Bianchini, que acabou de receber um cargo? E não fui eu quem publicou isso aqui, foi o jornal *O Tempo*, Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, ex-comandante-geral. Para justificar, para rebater a denúncia que fizemos e postamos no final de semana, deputado Dalmo Ribeiro Silva, ele disse que era amigo pessoal do governador. E, por ser amigo do governador tinha conquistado um punhado de coisa.

Olha, coronel, ninguém que é comandante-geral é amigo do governador. Amigo do governador não serve. O senhor tem de ser o homem, o oficial do último posto de carreira, de conduta ilibada, que não se preocupa e não se mistura com ideologia partidária, como o senhor fez. Ser amigo pessoal do governador não parece ser muita vantagem, viu, Heleno e Samuel? Afinal, ele já foi denunciado três vezes. E não sou eu que fiz a denúncia. A Polícia Federal investigou e quem denunciou foi o Ministério Público Federal. O governador foi denunciado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e como chefe de organização criminosa, assim chamou a Polícia federal. Não fui eu quem disse. E o coronel disse que é amigo pessoal dele.

Agora, a revista *Veja*, do dia 1º de maio de 2017, publicou esta matéria. Queria até que o nosso fotógrafo pudesse se aproximar e fazer uma foto bem caprichada, para eu postar lá na minha *fan page* para dar publicidade. Essa denúncia também é muito grave. Olha o que disse o artigo de Maurício Lima, jornalista que escreveu a matéria: (- Lê:) “Um depoimento feito na semana passada complicou ainda mais a situação da primeira-dama de Minas Gerais, Carolina Pimentel, na Operação Acrônimo. Em acordo de delação, Vitor Nicolato, publicitário ligado ao empresário Benedito de Oliveira, disse que, a pedido de Carolina, a agência Nova S/B pagou R\$200.000,00 a um fornecedor da vitoriosa campanha de Fernando Pimentel ao governo do Estado em 2014. Um pouco antes disso, Pimentel era ministro do Desenvolvimento, exercendo profunda influência no BNDES, cuja conta de publicidade pertencia à Nova S/B. A agência, uma das vencedoras da licitação do Banco do Brasil, suspensa por suspeita de favorecimento a uma das concorrentes, nega veementemente o episódio. Em sua defesa, a Nova S/B diz que um funcionário seu foi procurado meses atrás por Vitor Nicolato, e ele ameaçou fazer essa denúncia.” Ora, ele não ameaçou. Ele foi delator dessa denúncia.

Talvez seja por isso que a primeira-dama tenha dito que não me queria na presidência da comissão. Os boatos – que não eram boatos – disseram que não queria o deputado Sargento Rodrigues. Talvez seja porque tenho coragem de chegar aqui e trazer a matéria. Mas não foi eu, viu, líder? Foi o jornalista da *Veja* que falou. Agora, ela já está indiciada.

Deputado Durval Ângelo, gostaria de fazer um aparte? Concedo aparte a V. Exa.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Acho que esta Casa existe para fazer esse debate mesmo. Isso faz parte da democracia.

Primeiro não gostaria de comentar, mas, como V. Exa. comentou um trecho de uma carta do ex-comandante-geral, Cel. Bianchini, gostaria de registrar aqui que ele disse mais coisas na carta. Ele fala das conquistas que os militares tiveram no período

dele. Acho importante destacar isso. E, ao mesmo tempo, ele atribui que o governador tem sensibilidade para a causa militar, apoio à questão dos militares. Segundo, também acho que, nesse aspecto equivocado, ele também contra-ataca denunciando V. Exa.

Então acho que se quiséssemos conhecer o inteiro teor... Considero como uma opinião, como a de V. Exa. E queremos aqui deixar bem claro o seguinte: hoje a situação do financiamento privado de campanha no Brasil não é algo que deixa ninguém em posição confortável. V. Exa. poderia falar da conta no exterior da mãe do senador Aécio Neves, da conta no exterior da irmã do senador Aécio Neves, que está na delação. V. Exa. poderia comentar também sobre as 18 delações relacionadas ao senador Aécio Neves, e agora os R\$5.500.000,00 do senador Anastasia. V. Exa. defende os dois e fica num silêncio sepulcral. Acho que, se entendêssemos que há um problema de origem nessas coisas, que é o financiamento privado, teríamos de deixar claro e discutir todas as situações que envolvessem todos, inclusive agora. A lista da Odebrecht também envolve deputados estaduais. Então, acho que temos um problema estrutural, que há necessidade de uma reforma política neste país. E sabemos que, na realidade, o caixa dois é crime, como também é crime qualquer coisa de corrupção. Só acho que V. Exa. faz sempre uma intervenção seletiva. Os seus amigos, aqueles de quem gosta, V. Exa. nem cita. V. Exa. deve continuar votando no senador Aécio Neves para presidente da República, como votou; deve votar no senador Anastasia, afinal V. Exa. fez campanha para ele. Mas vai ver que os valores são muito maiores, e V. Exa. não cita.

Então acho que temos de ser imparciais. Eu pessoalmente vejo que há um problema, que é o financiamento privado de campanha, que teremos de resolver em algum momento neste país. Acho que deve haver uma Constituinte exclusiva para fazermos uma reforma política neste país.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço a V. Exa., deputado Durval Ângelo, mas não vejo essa sensibilidade de Fernando Pimentel, governador de V. Exa. Anotei aqui os tópicos da fala de V. Exa. e, por ser democrático, concedi um aparte a V. Exa. Para mim não há problema nenhum. Sensibilidade em parcelar o salário em um ano e quatro meses; sensibilidade em deixar os coletes à prova de bala vencidos, com os policiais enfrentando quadrilhas de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia; sensibilidade com as munições vencidas, com viaturas com pneus carecas, caindo aos pedaços. O que V. Exa. chama de sensibilidade chamo de dever.

O que ele pagou, que o Cel. Bianchini disse lá que foi o tutor, e ele retrata que é amigo pessoal, foi obrigação do comandante-geral, não favor. Como comandante-geral da Polícia Militar devia ter vergonha de dizer que reivindicou aquilo.

Segundo, o governador não está fazendo o mínimo da obrigação. Ele retirou R\$223.000.000,00 da segurança pública em dois anos, do custeio da PM. São R\$32.000.000,00 da rubrica da Polícia Civil. Quando V. Exa. fala que o Cel. Bianchini ataca, ataca com ilação, deputado. Ele é um dos fatores dos vídeos apócrifos; estava utilizando uma sala do comando-geral para me atacar, deputado Durval Ângelo. Desafio a ele e a qualquer deputado desta Casa a trazer qualquer tipo de denúncia contra este deputado. Qualquer um, qualquer deputado desta Casa. Eu não sou aquele que, debaixo dos panos, ataca em conluio com o Comando da Polícia Militar e a cujo julgamento dia 10 de maio agora será dada continuidade por estar denunciado 16 vezes por corrupção passiva e 16 vezes por formação de quadrilha; que se aliou ao Comando da PM para atacar este deputado. Desafio qualquer deputado desta Casa a trazer qualquer denúncia que pese contra este deputado. Mas ilação cabe no vídeo, cabe em mensagem de WhatsApp. À minha pessoa, não. Pode tentar fazer o que quiser; à minha pessoa, não.

Com relação a financiamento de campanha, precisamos separar o joio do trigo. E digo mais: se o senador Aécio Neves e o senador Antonio Anastasia cometeram crime, que vão para a cadeia do mesmo jeito. V. Exa. está equivocado. Mas se V. Exa. quer cobrar aqui, que V. Exa. e os deputados Rogério Correia e André Quintão venham aqui e falem.

O governador de Minas Gerais não é Aécio Neves nem Anastasia. Se eles estiverem devendo, que respondam, na forma da lei, e que sejam também condenados, na forma da lei, como o Pimentel. Não tenho coloração partidária, não. Corrupção não possui coloração partidária, pode ser no PT, no PMDB ou no PDT, pode ser em qualquer partido. Corrupção é nojenta, é inaceitável em qualquer partido: PSDB, PT ou PMDB. Não faço seleção, não. Se V. Exa. é oposição ao PSDB, que V. Exa. e seus aliados venham

aqui e façam o que faço. Simples, venham aqui e denunciem. Enquanto for deputado nesta Casa, gozar das prerrogativas constitucionais, exercer controle e fiscalizar os atos do Poder Executivo, é meu dever, deputado Durval Ângelo. Não estou fazendo favor, não. Então não há silêncio sepulcral aqui, não. Não me calo. Se V. Exa. entende que Aécio Neves, Anastasia e os demais devem alguma coisa, a tribuna está livre para V. Exa. V. Exa. vem e faz a denúncia. Assim como outros deputados desta Casa.

Sobre os contra-ataques, só representações no MP de crime cibernético já tenho sete. Agora há mais uma: um vídeo, da semana passada. Um vídeo que assessor de deputado filmou na comissão e outro assessor estava distribuindo, depois, por meios... Porque não têm coragem de vir aqui, na tribuna, não têm coragem de fazer o que faço. Eu não, eu faço aqui, na tribuna. Já assinei a representação, a queixa-crime, na delegacia de crime cibernético. Só não pode ir lá transferir a delegada responsável. Existe gente, aqui, que vai lá e transfere a delegada. A representação já foi feita, inclusive, com testemunhas dizendo: “Estou passando para jornalistas da rede Globo”. Um vídeo apócrifo, vídeo que não consegue... Chego aqui, na tribuna, e falo: “O Sr. Bianchini foi beneficiado com cargo no conselho da Cemig, por ter traído a tropa da Polícia Militar”. Isto é fato, e ele não fez mais que o dever dele. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 3/5/2017

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, pessoas presentes nas galerias, volto aqui a manifestar a nossa preocupação, principalmente quanto à violência na nossa região. Ontem, por exemplo, foi realizada uma audiência pública na Comissão de Segurança Pública, com o deputado Sargento Rodrigues, que está sendo inclusive boicotado na sua comissão, porque os deputados da base têm criado dificuldade para que essa comissão funcione nesta Casa – uma comissão tão importante e num momento tão importante, quando a violência se espalha pelo nosso estado. Inclusive o Comando da Polícia Militar, a Polícia Militar não estava presente numa audiência tão importante. Ela é a voz do governador e, se não estava presente, é porque o governo do Estado não está preocupado com segurança. E discutimos muito a questão da violência em nossa região, deputado Dalmo Ribeiro Silva, em caixas eletrônicos, fazendas, assaltos à mão armada tanto na cidade quanto na zona rural. E não é só na nossa região.

Há um exemplo claro que aconteceu na cidade de Baldim, onde um senhor de 91 anos e a sua esposa, com quase a mesma idade, com Alzheimer, foram agredidos brutalmente na propriedade rural, porque foram buscar dinheiro e acharam apenas R\$500,00. Fizeram barbaridades com esse casal de idosos. Mas não é só em Baldim, não, isso se espalhou, principalmente na nossa região, com problemas muito sérios.

Discutindo ontem, ainda falei da minha cidade de Jacuí, onde, há 15 dias aproximadamente, bandidos sequestraram a família da gerente do banco Sicoob e também alguns funcionários, foram ao banco às 8 horas da noite e levaram uma grande quantidade de dinheiro. E até agora nada, não pegaram ninguém. Falamos sobre isso ontem, e nessa madrugada, deputado Coronel Piccinini, Jacuí virou um banguê-banguê. Parecia filme de faroeste, segundo disseram as pessoas de minha cidade. Por volta de 2 horas da manhã chegou uma grande quantidade de bandidos em caminhonetes, em carros, em motos, com armamento pesado, e foram em três agências bancárias. Estouraram o Banco Brasil, o Siccob, os Correios, com bombas pesadas, causando estragos materiais muito grandes também nos prédios públicos. Isso que estou falando aqui tem acontecido para todo lado, só que em Jacuí foi pior ainda, porque eles aproveitaram e foram também aos comércios maiores e levaram os cofres daqueles comércios. Foram mais de 30 minutos de tiroteio. A polícia não tem como reagir. Não tem jeito, porque lá há sete policiais. Como apenas dois vão enfrentar uma quadrilha dessa, com armamento altamente pesado? Se houvesse armamento pesado e mais policial, também seria difícil, mas talvez os bandidos não fossem àquela cidade e não fariam o que fazem. Então eles estão à vontade, estão nadando de braçada, como diz o

ditado popular. Estão à vontade. Onde chegam fazem e desfazem da forma que querem. O que me estranha é que não tem acontecido nada. Isso é muito preocupante, e venho aqui mostrar para o povo mineiro que isso é consequência da falta de investimento.

Na Polícia Militar, em 2014, no governo Anastasia, tivemos um investimento de R\$33.302.000,00; no governo de Pimentel, R\$4.000.000,00. Quer dizer, o investimento foi lá embaixo, quase 10 vezes menos, uma queda de 86% nos investimentos. Estão felizes os bandidos, porque o governo, realmente, não está preocupado em investir.

Custeio, no governo Anastasia, R\$376.000.000,00; no governo Pimentel, R\$278.000.000,00, uma queda de cerca de 17%. Hoje, o custeio da Polícia Militar é feito pela prefeitura, deputado Sargento Rodrigues. Custeio da Polícia Civil, no governo Anastasia, R\$184.000.000,00, em 2014; no governo Pimentel, R\$180.000.000,00, em 2016, houve queda também. Nos bombeiros, da mesma forma, com uma queda de 20%. Gente, tem de aumentar investimento e não cortar. Antes já havia problema com os investimentos que se faziam, antes também já havia problema de bandidagem, problema de caixas eletrônicos. Mas agora ficou melhor, porque eles estão nadando de braçada.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Quero cumprimentar V. Exa, que traz um assunto extremamente relevante para o conjunto de toda sociedade mineira. V. Exa, como um dos guardiões do Sul de Minas, do ponto de vista da representação parlamentar nesta Casa, traz a preocupação mais uma vez. A preocupação da população que até pouco tempo vivia numa cidade mais pacata, tranquila, e agora é acordada com rajadas e rajadas de metralhadoras e fuzis, que é o que está acontecendo. Ontem, tivemos audiência pública, em que pese S. Exas., deputados da base do governo, não terem colocado o pé lá, porque entenderam que não era preocupação deles. V. Exa e o deputado Dalmo estiveram comigo lá, ontem, e fomos coautores do requerimento que deu origem a audiência pública realizada na Comissão de Segurança Pública, quando discutimos o avanço extremamente preocupante, que é a explosão dos crimes, especialmente a explosão de caixas eletrônicos, no Estado de Minas Gerais.

Ontem o deputado Dalmo apresentou, assim como V. Exa, uma série de dados, trazendo o que diz o portal G1: “Quase 60% das cidades do Sul de Minas sofreram ataques aos caixas eletrônicos”. Isso deixa as cidades absolutamente em polvorosa; os cidadãos, desesperados, sem saber para onde ligar. Ontem, o prefeito Rodrigo e o vice-prefeito de Andradadas vieram até Belo Horizonte, saíram da sua cidade, a aproximadamente 450km de Belo Horizonte, para estarem aqui, na audiência pública. Mas S. Exas., os deputados que compõem a base do governo, não compareceram sequer para votar os requerimentos, deputado Dalmo, do desdobramento da audiência pública e outros requerimentos também importantes.

O que V. Exa. traz é algo absurdo que está acontecendo. Mas não é só no Sul de Minas. Mostrei que as cidades de Divisa Alegre, Medina, Padre Paraíso e Coronel Murta também foram atacadas por quadrilhas vindas da Bahia. O resultado, deputado Antonio Carlos Arantes, desse abandono, desse sucateamento do governo Pimentel com a segurança pública, está colocando em risco a vida de policiais civis e militares e da população. Não há o mínimo de responsabilidade por parte desse desgoverno, já que não podemos chamar isso de governo ou de gestão pública.

Só para complementar a fala de V. Exa., não falta dinheiro para comprar camarão GGG, pelo Gabinete Militar. Foram gastos quase R\$500.000,00 com camarão, lagosta e salmão, comprados pelo Gabinete Militar do Governador, para servir S. Exa., que disse, hoje, nos jornais, que não gosta de palácio suntuoso e criticou a Cidade Administrativa.

Não é bem essa a prática de Fernando Pimentel, do PT. Além dos jatos, do camarão, da lagosta e do salmão, esse moço gosta muito do luxo, mas a população está morrendo à míngua e desesperada com o crime e a violência em todo o Estado. Parabéns a V. Exa.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Como eu estava dizendo, o investimento está diminuindo. Os ex-governadores Aécio e Anastasia criaram o batalhão de fronteira, que vigiava as fronteiras, fato que na época dificultou que os paulistas, principalmente os ligados ao PCC, fizessem aquelas invasões, como acontecia na nossa região. E tudo voltou novamente.

Temos até esperança de melhorar, porque temos bons policiais na região. O Cel. Frederico, o Mauro, que estava lá, e o Alves são pessoas sérias e estão fazendo um importante trabalho. Na Polícia Civil também, o Dr. Bráulio comanda uma equipe importante, mas de que adianta ter um comando sério na região, como temos? Lá em São Sebastião do Paraíso chegou também o Joelmar, que está fazendo um belíssimo trabalho, mas sem estrutura.

Quero agradecer muito ao Cel. Frederico e ao Joelmar, porque nesta semana estão chegando mais 37 policiais para a nossa regional, mas, como há os que estão aposentados, estão se aposentando, entrando de férias ou de licença, o número não cobre, não é suficiente. E continua o mesmo problema. Há falta de investimento não só na segurança. Não há merenda escolar nem para a escola integral, onde as crianças ficam um tempo maior na escola, porque muitas vezes não têm nem alimento em sua casa.

Aquela pessoa pobre que precisa ir à farmácia popular, à Farmácia de Minas, criada pelo Aécio, não consegue pegar seus medicamentos. Só na minha região, conseguimos 60 farmácias. Era muito difícil faltar medicamentos, mas hoje – aliás, hoje não, desde o início do governo Pimentel – o único dinheiro que foi liberado foi para pintar as farmácias de vermelho, a cor do PT. Não conseguiram, porque houve a resistência desta Casa. Mas medicamento mesmo, que é bom para essas pessoas mais pobres, nada. E por aí adiante.

Se eu fosse citar cada problema, cada falta de recurso poderia ficar aqui o dia inteiro. Mas quero citar um caso gravíssimo: a MG-050. Nessa rodovia foi feita uma grande parceria, e hoje há uma empresa que tem condições e tem feito algumas obras importantes, que foram determinadas, programadas, licitadas no mandato passado de Anastasia. No final do governo Anastasia, capitaram recursos no mercado internacional, porque é uma empresa italiana que tem força e respeito fora do Brasil. Na época, os investidores puseram R\$500.000.000,00 na MG-050. Dois anos e meio se passaram, e o governo Pimentel não conseguiu, não deu conta ou não quis – acho que ele não quis, essa foi a verdade – fazer um aditivo para mostrar onde aplicaria o recurso, em qual curva, em qual trevo, em qual duplicação, em qual ponto da rodovia. Em vários pontos esses R\$500.000.000,00 poderiam estar sendo investidos.

Deputado Wilson, está morrendo gente em São Sebastião do Paraíso, Sul de Minas, Passos, na região de Furnas, de Capitólio, Piumhi, Formiga e para todo lado, em pontos nevrálgicos, pontos problemáticos. Com esses R\$500.000.000,00, teriam sido resolvidos todos esses problemas.

Na época até cobramos do secretário de Obras, que ficou com ciúme do ex-secretário, o deputado federal Carlos Melles, que conseguiu esse recurso com o Anastasia e, junto com essa empresa, captou esse recurso no mercado internacional, nos investidores. O que o secretário atual diz? “Isso é um casamento que vai virar divórcio.” Não se divorciou, não voltou ao entendimento, não teve responsabilidade com os contratos, com a empresa e, pior, não teve responsabilidade com o cidadão.

Mortes e mais mortes. Vários parentes meus morreram – foram cinco –, e não foram só parentes meus, não. Em Inhamé, lá em Divinópolis, deputado Fabiano Tolentino, quantos morreram? Só numa reta, onde há a saída de uma comunidade, quantos morreram? Em Formiga, perto de Pimenta, há uma curva que chamamos de curva Dom de Minas. Quantas pessoas morreram lá? Os investidores quiseram investir R\$500.000.000,00, mas parece que este governo não gosta de parceria. Ele está fazendo parceria agora para captar dinheiro para fundo, para entregar o patrimônio do Estado e depois pagar aluguel. É triste o que está acontecendo em relação a esse projeto de lei. É triste vermos as notícias sobre o fato de ele querer saquear fundos de funcionários públicos da Cemig, da Copasa e da Codemig para compensar a incompetência do governo do Estado.

Volto a dizer – já terminando, Sr. Presidente – que o povo de Jacuí, trabalhador, honesto, que produz café, leite, frutas, milho, soja, está lá acuado, sem saber o que fazer. É banguê-banguê na cidade, tiro para todo lado, e não é a primeira vez, infelizmente. Nestes dois anos, isso aconteceu umas dez vezes. Foram assaltos à mão armada, assassinatos e violência, principalmente no campo, contra os produtores rurais. Houve roubo de gado, de máquinas e de tratores num município que produz muito para este estado, mas, infelizmente, o governo do Estado está deixando esse município ao deus-dará. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, caros colegas deputados, deputadas, pessoas que estão aqui nesta tarde prestigiando os trabalhos da Assembleia Legislativa, caros telespectadores da TV Assembleia, existem pessoas que dizem que o papel da oposição é criticar, mas eu não acho isso. Creio que o papel de fazer críticas construtivas, de não concordar com os erros, cabe a todos nós, situação ou oposição.

Hoje participei de uma audiência da Comissão de Saúde. Estavam lá os deputados Doutor Wilson Batista, Carlos Pimenta e outros. Acho que o deputado Geraldo Pimenta foi feliz na nossa posição de lutar pelos recursos devidos à saúde de todo o Estado e não só apontar os erros que achamos que devem ser corrigidos. Devemos entender que o Estado está em crise e não podemos nos acovardar e deixar de dizer isso. Partidarizar a saúde, a segurança ou qualquer política pública é um erro imenso, e nenhum partido, nenhum governo, nenhum parlamentar, a meu ver, deve cometê-lo.

Subi aqui hoje para tratar de dois assuntos: saúde e segurança pública. Ouvi dizer ontem que algumas cidades, nos últimos meses, estão com problemas de segurança pública. Estive nas cidades que foram citadas aqui, quase na sua unanimidade, depois dos fatos ocorridos. Deputada Marília, estive em quase todas as cidades que sofreram assaltos a bancos, com quadrilhas fortemente armadas. O problema ocorreu em um dia, e dois, três dias depois, estive lá. Conheci o problema, já conhecia as cidades, convivo e vivo nelas, mas fui lá entender o que aconteceu. Fui lá e fiquei feliz ao ver a atuação do Cel. Marcelo Fernandes, que assumiu a 15ª Região, há pouco tempo. Ele foi a campo, onde o problema ocorreu. Ele esteve lá em pleno Carnaval e percorreu mais de 1.000km, visitando comunidades, distritos, para entender a situação e fazer um estudo acerca do seu novo trabalho como comandante.

É interessante levantarmos os problemas, sim, mas temos de apontar as soluções. Após dois meses, nós já não vimos isso no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, o que era corriqueiro. Em um final de semana, houve três assaltos a bancos nas cidades, mas isso já não está ocorrendo há dois meses, porque foram tomadas medidas. Continuamos e precisamos ser ainda mais efetivos e atuar mais. A população de Coronel Murta, Medina, Divisa Alegre, Monte Formoso, Araçuaí e Itaobim presenciou, nas últimas semanas, helicópteros da Polícia Militar sobrevoando as cidades, veículos da Rotam, do BOP. Eu vi ser montada uma força-tarefa com mais de 60 homens em Itaobim. Nós sabemos que a Polícia Militar trabalha com um efetivo menor do que deveria, e não é de hoje que isso ocorre. Neste momento, é preciso saber fazer mais com menos e com mais inteligência, envolvendo a Polícia Civil. O que ocorreu depois disso? Pegaram duas quadrilhas. “Ah, mas foi na Bahia!” Sim, mas porque Minas agiu. E como eram da Bahia, recuaram, voltaram para lá.

A deputada Rosângela Reis (em aparte)* – Deputado Jean, V. Exa. tem trazido aqui esse tema da segurança pública, que é de fundamental importância. Quero apenas lembrar que, na semana passada, eu pude participar da formatura de policiais, novos soldados em nossa região, o Vale do Aço. Foram distribuídos 1.200 novos soldados no Estado a partir do dia 2, esta semana. Eles já vão começar a trabalhar nos municípios. Na região que visito, faço contato com prefeitos e vereadores. Participei de algumas reuniões em câmaras municipais e vi que, por intermédio do Cel. Edvânio, foram distribuídos novos policiais. Portanto, a nossa região, o Vale do Aço, ganhou mais 200 policiais. Deixo aqui os meus agradecimentos porque isso está trazendo um apoio grande à segurança em nosso Estado de Minas Gerais.

Antes de V. Exa. falar sobre saúde, quero dizer que estamos lutando pela implantação do Cisvales, que é o Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Vales, dos 35 municípios que estão regularizando toda a documentação. Já existe orçamento assegurado. Estive em mais de 30 municípios e vi a luta de prefeitos e vereadores para implantarem o consórcio ainda neste ano em nossa região. Fizemos uma reunião na comissão. Agradeço ao presidente, Geraldo Pimenta, e ao deputado Carlos Pimenta, que marcaram o encontro. Trouxemos aqui várias lideranças. A luta agora é para avançar junto com o governador e o ministro da Saúde. Muito obrigada.

O deputado Doutor Jean Freire – Obrigado, deputada Rosângela. Aconteceu em Teófilo Otôni, no Vale do Mucuri, a formatura de 120 novos policiais, que vão desenvolver seu trabalho na região.

Ou seja, há erros, há deficiências, todos nós, seja da base, seja da oposição, temos. Mas todos nós temos a obrigação moral, independentemente de base ou oposição, deputado Bosco, de mostrar à população também o que está sendo feito no momento de crise. Nesse caso, estão formando novos policiais, parece-me que 1.200 em todo o Estado. Os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri também estão sendo beneficiados, mesmo assim não vamos parar de falar e de cobrar, porque ainda estamos longe de chegar àquilo que é o ideal.

O deputado Bosco (em aparte)* – Caro deputado Doutor Jean, também aqui, de forma breve, gostaria de apartear-lo para dizer que, lamentavelmente, as questões de segurança e de saúde são como se fossem uma obra inacabada. Sempre existirão demandas, lamentavelmente, na área da segurança, em proporção ainda maior, porque o mundo da criminalidade cresce permanente e diuturnamente. Por mais que o Estado ou os estados da Federação sejam combativos, certamente estaremos sempre com essas demandas reprimidas, buscando essa compensação, quer seja no tocante a pessoal, quer seja em relação a equipamentos e ações.

Quero aqui, nesta oportunidade, a exemplo do que fez a deputada Rosângela Reis, também fazer uma saudação ao governador e ao comandante-geral da Polícia Militar, Cel. Helbert, pela formação de 1.800 novos policiais que estão sendo distribuídos nas mais diferentes regiões de Minas Gerais. Na minha região, Triângulo Sul, parte do Alto Paranaíba, contamos com a formação de 203 novos policiais na cidade de Uberaba. Eles vão atender aos comandos de Uberaba e também a minha cidade, Araxá, onde está instalado o 37º Batalhão. Então aquele batalhão, que hoje é responsável por 12 cidades, recebeu um contingente de 70 novos policiais. Isso, sem dúvida alguma, é um reforço importante para a segurança do Estado, em especial da nossa região. Assim, mais uma vez, agradeço ao governo, ao comandante-geral, Cel. Helbert, por ter atendido esse clamor, essa demanda de várias regiões de Minas Gerais, especialmente do Triângulo Mineiro Sul e Alto Paranaíba. Muito obrigado, deputado, pela oportunidade.

O deputado Doutor Jean Freire – Obrigado, deputado Bosco.

Gostaria de dizer aos telespectadores que eu, o deputado Bosco, a deputada Rosângela e outros deputados não estamos aqui dizendo que essa situação é a ideal, mas, sim, mostrando os dois lados, o que está sendo feito. E também estamos comunicando à população de Teófilo Otôni, de Nanuque e de Almenara que o Cel. Antônio Alves, diretor de logística da Polícia Militar, estará presente aí, no dia 11, para ir também a campo conhecer, ver os problemas. Isso não foi fruto de audiência pública, mas já é uma ação com o objetivo de estar mais presente onde os problemas estão.

Para terminar, Sr. Presidente, vi, com muita felicidade, a medida que se pretende tomar de criar a lista única para cirurgias eletivas. Quero dizer que, como deputado, apresentei um projeto de lei, logo no início da minha legislatura, para que o Estado de Minas Gerais tivesse uma lista única de pacientes de cirurgias eletivas, aquelas que não são urgência nem emergência. Algumas delas, se demorarem, poderão, da noite para o dia, transformar-se em urgência e emergência, colocando em risco a vida dos pacientes. Só quem vive essa situação sabe a importância de se ter uma lista única. Isso é para entendermos, Coronel Piccinini, o porquê de um paciente que mora nos Vales do Jequitinhonha ou do Mucuri ter de ficar esperando uma cirurgia por muito mais tempo que outros e mostrar também por que isso está acontecendo e onde está o erro.

Todos nós, deputados, com certeza, sem exceção, recebemos no nosso dia a dia pedidos de pessoas solicitando que atuemos em transferências, deputado Bonifácio Mourão; que atuemos para que a cirurgia delas saia. Esse é o nosso papel? É papel do deputado fazer essa interlocução? Não, não é, mas recebemos isso no dia a dia. Para isso existe a central, para isso existe o SUSFácil, que muitas vezes se torna mais SUSDifícil. Quem vive lá na ponta sabe disso.

Não podemos colaborar para dificultar mais o sistema. É nessa logística que temos de acabar com o mal lá na raiz, criando uma lista única. É evidente que cada patologia – poderíamos criar para ver se funciona em determinadas patologias – tem a sua especificidade. Mas é necessário, Sr. Presidente, que urgentemente façamos isso. Fico feliz de ter apresentando esse projeto de lei.

Também fico feliz de ver que agora é uma questão inclusive nacional, com a promotoria lutando por isso. Fico feliz. Não faço questão de ser o pai da ideia, mas fico feliz. Essa ideia veio porque lá na ponta, como médico, eu sofria isso. Eu via a dificuldade de colocar nossos pacientes na rede. Temos pacientes em Araçuaí que estão há três anos precisando operar o joelho. Isso é um absurdo. Isso não pode acontecer. Por que outros conseguem antes? Primeiramente temos de saber se isso é real, se eles conseguem, e se conseguem, por quê. Todos têm de ter o mesmo direito, têm de ter acesso à saúde de maneira igual. Diria mais, temos de lutar pela equidade, de dar mais a quem tem menos e de favorecer esse acesso, tratando os diferentes diferentemente, tratando os que mais precisam, os que estão mais distantes, fazendo com que tenham esse acesso.

Pensando nessa logística, temos falado sempre aqui: temos de levar o Corpo de Bombeiros e o Samu nessas regiões mais necessitadas, com helicópteros, para fazer o transporte de pacientes no caso de urgência e emergência. Os helicópteros não têm de ser colocados primeiramente em um local onde já existe hospitais, onde não existe esse bolsão de desassistência. Sr. Presidente, pediria aos caros amigos, aos deputados e às deputadas, que me ajudassem para que esse projeto de lei de minha autoria andasse nesta Casa, a fim de fazermos uma lista única, aliás, publicizando essa lista. Assim, Sr. Presidente, as pessoas teriam acesso e entenderiam por que isso está ocorrendo e se está ocorrendo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, meu caro amigo deputado Dalmo Ribeiro Silva, senhoras e senhores, deputados, telespectadores da TV Assembleia, acompanhamos com atenção o pronunciamento do deputado Doutor Jean Freire, particularmente quando ele aborda assuntos referentes à segurança e à saúde. Em relação à segurança, louvamos que o governador do Estado tenha nomeado novos policiais, mas, ao mesmo tempo, lamentamos que policiais de modo geral, Coronel Piccinini, estejam inconformados com o tratamento que recebem, particularmente referente a seus vencimentos.

Nos tempos do governo Anastasia era uma coisa, agora é outra completamente diferente, disso não tenho a menor dúvida – todos me dão testemunho do que estou falando.

No que diz respeito à saúde, vimos o Doutor Jean criticar esse tratamento desigual às pessoas que ficam esperando nas filas anos e anos por uma cirurgia e não conseguem. Isso quando a pessoa é carente, porque, quando a pessoa tem recurso, ela tem plano de saúde e, com certeza, tem um privilégio e mais facilidade no atendimento.

Hoje houve uma audiência longa, de aproximadamente 4 horas, na Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa. Foi uma audiência pública com a presença de convidados que requeremos com o ilustre deputado Antônio Jorge, cujo objetivo era dialogar com os segmentos diversos da saúde de Minas Gerais sobre o débito de R\$1.559.000.000,00 que o governo do Estado tem para com os municípios mineiros. Os municípios são credores. Governador Valadares, por exemplo, tem R\$62.000.000,00 de crédito; Montes Claros tem R\$102.000.000,00; e Belo Horizonte tem aproximadamente R\$400.000.000,00. Assim, praticamente todos os 853 municípios mineiros têm crédito para receber do Estado.

Ao mesmo tempo, a situação da saúde vai se agravando cada vez mais. Muitos hospitais estão fechando as portas; outros, como é o caso da Santa Casa de Belo Horizonte, estão tomando dinheiro emprestado a juros para pagar seus fornecedores, porque não recebem crédito do Estado. Enquanto isso, as viroses vão aumentando cada vez mais, as epidemias estão cada vez mais alarmantes. Em nossa cidade de Governador Valadares, lamentavelmente, a chikungunya corresponde a 60% dos casos no Estado. Esses dados são do próprio Estado, são do Cosems e dos órgãos da saúde de um modo geral. Por que isso? É por causa da herança que o prefeito André Merlo recebeu, com o Dr. Ruy Moreira, secretário de Saúde. Mas é também pelo descaso do governo do Estado. Se lá ocorrem 60% de casos de chikungunya, é claro que é mais do que justo que o Estado remeta 60% dos recursos relativos à saúde àquele município. Não o faz, e, não o fazendo, a situação se agrava cada vez mais, indo para a dengue, para o zika vírus e para outros problemas de virose e de epidemia.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, presidente, V. Exa. acabou de acompanhar essa questão pela manhã; V. Exa. esteve na reunião da Comissão de Saúde levando o problema da judicialização da saúde – até o partilharmos com V. Exa. Não são centenas, mas milhares de pedidos ao Estado ou à Justiça para obrigar o Estado a fornecer diversos medicamentos. Por que são milhares? Porque a população carente de Minas Gerais não está recebendo os medicamentos a que faz jus e a que tem direito. V. Exa. sabe, as Constituições Federal e Mineira repetem o texto, elas são claras como a luz do sol: é um direito do ser humano a assistência à saúde, mas é um dever do Estado que não está sendo cumprido.

Em razão disso, vem as avalanches de pedidos na Justiça. As determinações judiciais para que se forneçam os medicamentos não estão sendo cumpridas. Isso desmoraliza o Estado e a Justiça. Aprendi, desde o meu primeiro ano de faculdade na UFMG, que ordem de juiz não se discute, cumpre-se, mas o Estado não está fazendo isso. O Estado não cumpre e o juiz não determina a prisão daquele que descumpra a ordem judicial, conforme prevê o Código Penal Brasileiro, por crime de desobediência. Em razão disso, o pobre coitado do mineiro, que não tem plano de saúde e que tem uma carência muito grande, continua doente e, muitas vezes, morre.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, vou citar o caso de uma pessoa carente, pobre, humilde, que me procurou com um tumor maligno, um câncer na cabeça. Ele foi operado, mas não tinha dinheiro para comprar o Temodal, medicamento caro receitado pela médica. Ele não conseguiu o medicamento, ajuizamos ação, ganhamos a ação, mas o Estado não cumpriu a ordem judicial. Esse paciente se chama Fernando Salvador da Silva. Passaram-se três meses, ele não conseguiu o Temodal. Não cumprida a ordem judicial, o tumor voltou e ele vai ter de ser operado outra vez. É gravíssima a situação dessa pessoa, com risco sério de morte, sem recurso nenhum. O Estado não paga, o juiz dá a ordem, o Estado não cumpre. E aí, vamos ficar em silêncio, de braços cruzados na Assembleia Legislativa, para uma situação que vem ao nosso conhecimento? Não. Temos o dever de participar, de cobrar, de fiscalizar.

O Estado alega que está sem recurso, que está sem dinheiro, que não tem recurso para acudir a prioridade número um. Sei que a educação e a segurança também são prioridades junto à saúde, mas a prioridade mais urgente no momento é acudir essas situações gravíssimas da saúde no Estado de Minas Gerais. Os hospitais estão fechando, as pessoas estão morrendo nas portas dos hospitais, nos corredores, nas macas e assim por diante.

Governo que não sabe eleger prioridade não é governo. São muitos os problemas, é preciso eleger as prioridades, mas este governo não elege. Se elege, não executa. Quem dirige os recursos da saúde não é o secretário de Saúde é o secretário de Fazenda, que não repassa para a saúde os recursos mínimos de 12%, que a lei obriga. A consequência é essa que estamos vivendo no Estado de Minas Gerais. O governador diz que o Estado está numa situação caótica em termos financeiros. Pelas suas atitudes, está mesmo. Não sei por qual motivo, se é por incompetência administrativa, se é porque nomeou aproximadamente 1.900 servidores, no mês de janeiro, mas o Estado está vendendo patrimônio de Minas Gerais. Ele está vendendo cerca de 6 mil imóveis sem identificá-los. Estamos pelejando para identificar quais são esses imóveis que o Estado está vendendo e não conseguimos. Está vendendo sem identificar, leiloando. O projeto para venda desse imóvel está em andamento na Assembleia Legislativa.

Algum deputado na Comissão de Saúde disse que o Estado está vendendo imóvel para usar o recurso na saúde. Será que é isso? Na mensagem não consta isso. Quem é que pode assegurar que o Estado, ao vender o patrimônio de Minas, vai aplicar o dinheiro na área da saúde ou vai aplicar para regularizar a folha de pagamento dos servidores? Nada justifica a venda do patrimônio de Minas Gerais, que é seu, cidadão mineiro que está nos acompanhando neste momento. Esse patrimônio está sendo vendido e não parou nisso, não. Ele abocanhou os depósitos judiciais, cerca de R\$5.000.000.000,00.

E ia abocanhar mais R\$3.000.000.000,00 quando o STF decidiu que a lei votada na Assembleia era inconstitucional e que não poderia pegar o resto. Hoje, brigam Estado, Banco do Brasil e OAB, porque o cidadão ganha a demanda do outro e, quando vai ao banco levantar o recurso que ganhou, o Estado já pegou o recurso, e o cidadão não encontra nada. Aí o alvará do juiz não tem valor,

porque é ordem, mas o banco não tem como cumprir porque não tem o dinheiro, o Estado já pegou. E a OAB entra no Supremo procurando uma solução. Essa mesma OAB que, por meio do Dr. Luiz Cláudio, presidente, foi advertida na época por nós, da oposição. Pedimos que viesse aqui nos ajudar a impedir a aprovação daquele projeto de lei, porque, com certeza, comprometeria os advogados de Minas Gerais de modo geral. O cliente deles, ao chegar ao banco com a ordem judicial, não conseguiria levantar o dinheiro e voltaria ao escritório do advogado para cobrar: “Onde está o meu recurso? Ganhei a causa e não recebo”. E nós falamos isso à época, deputado Dalmo Ribeiro, nós advertimos e mandamos ofício para a OAB, alertando sobre a situação, mas esta se omitiu.

O Tribunal de Justiça, por meio do seu presidente, não poderia também ter assinado aquele convênio, jamais, e nós o alertamos à época. Sabemos que a maioria dos desembargadores é contrária e foi contrária àquela situação. O tribunal assinou, concordando que o governo levantasse os recursos dos depósitos judiciais, e hoje está em uma situação difícil, porque as ordens judiciais não são cumpridas, e o tribunal assinou na época concordando. E vem o governo do Estado falar que está buscando recursos de todas as formas, que o Estado tem um crédito de R\$130.000.000.000,00 com o governo federal e deve R\$88.000.000.000,00, e é preciso haver um encontro de contas. Mas isso precisa ser mais bem explicado.

Nós, deputados da oposição, estamos prontos para ajudar o governo de Minas a cobrar tudo a que tem direito do governo federal, porque somos mineiros e estamos aqui para defender os interesses maiores do nosso estado. E vamos defender, mas deve haver um crédito consolidado, o Estado deve mostrar que realmente tem esse crédito. Não é só o governador alegar que tem, não, porque essa história de Lei Kandir tem 20 anos. Começou com Fernando Henrique como presidente; Aécio Neves era presidente da Câmara dos Deputados quando foi votada a Lei Kandir. Até então a Câmara dos Deputados não regulamentou a lei complementar. Agora o STF deu um ano de prazo para o Congresso Nacional regulamentar. Tem um ano, e o prazo vencerá em novembro. Quando chegar em novembro, de acordo com a decisão do STF, a atribuição será delegada ao Tribunal de Contas da União para calcular qual é o crédito de cada estado membro com a União. Aí é que se vai saber qual é o crédito real. Como se fala desde já que Minas Gerais tem R\$130.000.000.000,00?

Então, há uma comissão em andamento nesta Casa. Fomos à reunião ontem e pedimos que juntem aos trabalhos da comissão o processo da dívida pública que fizemos quando o deputado Dinis Pinheiro era presidente. E o nosso trabalho foi para o Brasil todo. A própria Unale encampou esse trabalho, todos os estados brasileiros trabalharam para que as dívidas estaduais fossem tratadas com mais respeito pelo governo federal no tempo em que era presidente Dilma Roussef. Mas não foi, não produziu efeito, apenas um efeito mínimo de diminuir os juros de 7,5% para 4%, de mudar o indexador. Foi mínimo. O que pedimos foi completamente diferente, e a situação do Estado em termos de débito com a União seria outra se acatassem o nosso requerimento naquela época.

Agradecemos, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Estamos aqui manifestando aquelas verdades da nossa consciência, e não admitiria nunca que nos calássemos em razão delas. Agradecemos a atenção de todos, mas terminamos as nossas palavras alertando o governo atual para que tenha um mínimo de sensibilidade com a gravidade da situação da saúde dos mineiros, principalmente dos mineiros mais carentes.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/5/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Antônio Leal de Almeida, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Carlos Henrique Borges Lampert, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

exonerando Elisabeth Pereira Sousa, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

exonerando Renan Reis Santos, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Andréa de Cássia Brandão Silva Freitas, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Celio Alves Cunha, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Jorge;

nomeando Eberth Lucas Lima Rios, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Hugo da Mota Miranda Moreira, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Jorge;

nomeando Lucas Carlos Peixoto, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Luciana Toledo de Souza, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Rosana Nogueira da Silva, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Inácio Franco;

nomeando Sueli Ferreira Reis Santos, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Vanilda Januária, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Yana Cristina Albanes Santos, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 28/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 52/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 23/5/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de painéis industrializados para piso.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 9 de maio de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 40/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Locmaq Locadora de Máquinas Ltda. Objeto: aquisição de copos plásticos descartáveis. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 15/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 46/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Crown Video Systems Assessoria e Comércio Ltda. Objeto: prestação de serviços de locação de sistema de transmissão e recepção de áudio e vídeo, ao vivo, para TV, utilizando a

rede de telefonia móvel celular (3G/4G LTE) como meio de transmissão. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, com redução do preço. Vigência: 7/6/2017 a 6/6/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 50/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telefônica Brasil S.A. Objeto: prestação de serviço móvel celular e serviços adicionais. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, por 12 meses, sem reajuste de preços. Vigência: 25/5/2017 a 24/5/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.